

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 22

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Com meta de déficit zero, governo é pressionado para reajustar salários 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Correção em valores de benefícios tenta compensar pedido salarial 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Governo deve liberar uso do FGTS futuro para casa própria 7

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
ECONOMIA

Novo FGTS para aliviar as prestações da casa própria 9

A GAZETA - MT - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

3 em cada 4 pessoas apela para o FGTS 11

O GLOBO - RJ - RIO
ECONOMIA

FGTS futuro (Leitores) 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SEGURIDADE SOCIAL

Nova regra prevê adesão automática de trabalhador a fundos de pensão 13

PIONEIRO - CAXIAS DO SUL - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS começa a pagar benefícios de fevereiro dia 23 15

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Pagamentos e inicia no dia 23 16

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Perícias 100% on-line até junho 17

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Servidores devem ficar atentos aos prazos 18

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso adia retomada de votações 19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Há espaço para o BC acelerar cortes da Selic" 20

VALOR ONLINE - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Há espaço para o BC acelerar cortes da Selic, diz Rogério Xavier, da SPX 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Disputa por empresas estados de olho na atração das "bets" 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mais de um quarto das empresas não gera resultado suficiente para pagar dívida 28

A GAZETA - MT - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Fim do Perse abala uma ampla cadeia 30

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Déficit público (Cartas de leitores) 31

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Juros futuros sobem e Ibovespa cai com ajustes após Carnaval 32

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
ECONOMIA

Bolsa fecha em queda e dólar sobe nesta quarta 33

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Bitcoin dispara com ETFs e chega a US\$ 1 trilhão em valor de mercado 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Wall Street tem dia de recuperação depois de perdas com inflação 35

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação argentina recua em janeiro, mas segue a mais alta do mundo 36

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

'Será difícil ver inflação argentina com um dígito' 38

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Japão perde posto de 3ª economia para Alemanha 39

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

PIB da zona do euro fica estável no 4º tri com fraqueza da Alemanha 41

Com meta de déficit zero, governo é pressionado para reajustar salários

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Servidores públicos federais prometem acabar com a trégua que ocorreu no primeiro ano do novo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e aumentar a pressão por reajustes salariais e benefícios neste ano, ameaçando até com greves em massa. O governo enfrenta o desafio de responder à sua própria base aliada sindical ao mesmo tempo que promete colocar as contas públicas em dia - com a meta de déficit zero neste ano.

Duas categorias já saíram na frente: policiais federais tiveram reajuste no ano passado e auditores da Receita conseguiram um bônus maior.

Os funcionários do Executivo federal pedem um reajuste de 22,71% a 34,32% de forma parcelada até 2026, com parte dos aumentos já em 2024. Os valores são divididos em dois blocos e variam dependendo do tipo de acordo que cada categoria fechou nos últimos anos.

O governo Lula, por sua vez, apresentou uma contraproposta de no máximo 19,3% em aumentos ao longo do mandato, também de forma escalonada até 2026, mas sem nenhum reajuste neste ano. A próxima reunião da Mesa Nacional de Negociação está marcada para o dia 28. No ano passado, houve aumento linear de 9%.

A intenção é fazer uma negociação para todo o período do terceiro mandato de Lula à frente da Presidência da República.

Todas as categorias, incluindo professores, agentes ambientais e funcionários administrativos de carreira, seriam beneficiadas.

Algumas, porém, já foram atendidas. No ano passado, o governo reajustou o salário dos policiais federais. Neste ano, já avançou com o aumento do bônus por eficiência para os auditores da **Receita Federal**, aprovado após quase três meses de greve da categoria. O acordo prevê o pagamento de um valor extra progressivo já a partir deste ano: o teto começa em R\$ 4,5 mil e chega a até R\$ 11,5 mil em 2026.

INCENTIVO. A negociação motivou outras carreiras, como os servidores do Banco Central (BC), a também

reforçar suas demandas. Na semana passada, um dia após a aprovação do bônus dos auditores, os servidores do BC rejeitaram uma contraproposta do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos de reajuste de 13% parcelado para 2025 e 2026, e aprovaram paralisação de 48 horas nos próximos dias 20 e 21.

Atualmente, o governo federal tem 571.873 servidores em atividade, além de 417.115 aposentados e 234.225 pensionistas, totalizando 1,2 milhão de pessoas na folha salarial da União. Em 2023, os gastos com pessoal foram de R\$ 290 bilhões. A maioria dos servidores ativos ganha de R\$ 3 mil a R\$ 15 mil.

O Orçamento de 2024 tem R\$ 1,75 bilhão reservado para aumento de remunerações do Executivo. Do total, R\$ 1,1 bilhão ficou carimbado para o bônus dos auditores da Receita, R\$ 131 milhões foram destinados para os auditores fiscais do trabalho e R\$ 503,7 milhões ficaram reservados para outras carreiras que vierem a ser beneficiadas por algum projeto de lei de aumento.

O valor, porém, é insuficiente para um novo reajuste linear e é apenas residual nas contas da União. Na prática, o Orçamento deste ano foi aprovado sem nenhuma previsão de aumento para servidores.

"Todos os setores estão incluídos no Orçamento e nós queremos estar incluídos também.

Se o governo continuar com o discurso de que tem de melhorar a economia, e não incluir os servidores, nós teremos de subir o tom e colocar o bloco na rua a partir de março, abril", afirma o secretário-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal, Sérgio Ronaldo da Silva.

O dirigente sindical cita a possibilidade de greves. "Não é porque o presidente Lula já foi sindicalista que temos de ter mais paciência. Não estamos sendo prioridade", afirmou.

PERSPECTIVA. Recentemente, a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, sinalizou com a possibilidade de um reajuste linear em 2024. A depender do desempenho da arrecadação, poderia haver a abertura de um crédito suplementar de R\$ 15 bilhões em novas despesas no Orçamento,

decorrente de uma regra do novo arcabouço fiscal, e uma parte - ela não disse quanto - seria direcionada para o reajuste, como antecipou o Estadão em setembro do ano passado. O aumento, porém, depende de um cenário incerto para as contas públicas.

O governo conta com uma arrecadação maior do que o esperado para assumir esses e outros compromissos. Também espera vencer batalhas com o Congresso, como no caso da reoneração da folha de pagamentos.

As incertezas envolvem a meta de zerar o déficit das contas públicas neste ano, defendida pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda), que pode ficar ameaçada se houver frustração de receitas ou aumento de gastos.

"Se o governo continuar com o discurso de que tem de melhorar a economia e não incluir os servidores, nós teremos de subir o tom" Sérgio Ronaldo da Silva
Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Correção em valores de benefícios tenta compensar pedido salarial

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Sem um novo reajuste linear de salário aos servidores, o governo optou por negociar a correção de benefícios como vale-alimentação e auxílio-creche, usando recursos já aprovados no Orçamento da União. A verba para compra de alimentos ou refeições, por exemplo, passará de R\$ 658 para R\$ 1 mil mensais a partir de 1.º de maio.

Governo e funcionalismo não têm estimativas sobre o impacto de possíveis reajustes nos próximos anos. "O direito de reivindicação é legítimo. Caso haja algum acordo para reajuste de salários, ou para aumento (do número) de cargos, isso tem de estar demonstrado na peça orçamentária e ser compatível com as regras fiscais, o que é um pouco difícil - e há incertezas em torno da meta", diz a economista Vilma da Conceição Pinto, diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado.

O Orçamento de 2024 prevê déficit zero nas contas públicas, alvo que enfrenta a desconfiança do mercado. "(A meta) Não vai ser cumprida", diz o economista-chefe da XP, Caio Megale (mais informações nesta página).

Uma queixa dos funcionários do Executivo se refere à diferença de salários em relação a de outros Poderes. O Judiciário é o setor público mais bem remunerado no País. Conforme o Estadão mostrou, um servidor do Judiciário recebia, em média, R\$ 8,9 mil por mês em 1985, em valores atuais. Em 2021, o valor saltou para R\$ 16 mil, mais que o dobro da média do funcionário do Legislativo (R\$ 7,3 mil) e do Executivo (R\$ 4,5 mil).

Só o bônus concedido à Receita custará R\$ 1,1 bilhão em 2024 e o impacto crescerá ao longo dos anos, pois o benefício é progressivo até 2026 e depois terá reajuste pela **inflação**.

Além da incerteza sobre a arrecadação, outros gastos disputam espaço se houver sobra. O governo quer recompor o orçamento de órgãos federais que tiveram verbas reduzidas pelo Congresso. Os parlamentares, por sua vez, querem recuperar os R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão vetados pelo presidente Lula. "Com o reajuste dentro de um órgão, pode faltar dinheiro para outras coisas", diz Vilma.

RESPOSTA. Ao Estadão, o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos disse que "a recomposição e valorização da força de trabalho na administração pública federal é pauta prioritária do Ministério da Gestão para recuperar a capacidade de atuação do governo, para a execução de políticas públicas, dentro dos limites orçamentários, para atender às demandas dos órgãos e entidades".

3 perguntas para...

CAIO MEGALE, Economista-chefe da XP

Para muitos, o último **comunicado** do Copom foi um "copia e cola" do anterior. As coisas estão mesmo tão previsíveis assim?

Acho que o Copom traçou lá atrás um plano para ir cortando o juro gradualmente, ao ritmo de 0,5 ponto porcentual, ir sentindo a **inflação** e vendo como a economia se comportaria. As coisas acabaram caminhando como ele previa. A **inflação** se comportou bem, apesar de continuar acima da meta, mas a economia cresce e a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE) mostra aumento do emprego.

Então, não há pressa para cortar os juros.

E quanto ao fiscal, a XP incorporou mudança da meta nas suas projeções?

Da forma com que temos caracterizado as medidas fiscais e parafiscais em nossas previsões, elas são expansionistas.

A intenção do lado das despesas públicas é expansionista.

Talvez um aumento de arrecadação compense parte disso.

Qual seria o limite aceitável para a meta?

Não vamos chegar em 0,25% (do **PIB**) de déficit. A meta (zero, com tolerância de até 0,25% do **PIB**) não vai ser cumprida e, se não for, ou o governo muda a meta ou encara os gatilhos (para contenção de gastos). Encarar os gatilhos é melhor do que mudar a meta. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Governo deve liberar uso do FGTS futuro para casa própria

ANA PAULA BRANCO (*Folhapress).

O governo Lula quer liberar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) Futuro para facilitar a compra da casa própria pela população de baixa renda, a partir de março, quando ocorre a próxima reunião do Conselho Curador do FGTS. O valor será usado para compor renda e ajudar a pagar as prestações no programa Minha Casa, MinhaVida. A iniciativa passará por um período de teste, direcionando a nova modalidade do FGTS para famílias com renda mensal de até R\$ 2.640, que compõem a Faixa 1 do programa habitacional. O objetivo é, depois, atender a todas as faixas do Minha Casa, Minha Vida, cujo limite de renda familiar é de R\$ 8.000.

O FGTS Futuro foi instituído pelo governo do ex-presidente Jair Bolsonaro às vésperas do segundo turno das eleições de 2022 e regulamentado pelo Conselho Curador do FGTS, mas nunca foi posto em prática. Para entrar em vigor, o conselho deve aprovar as novas regras propostas pelo Planalto, permitindo que a Caixa Econômica Federal libere o valor do FGTS do trabalhador. Pela proposta, quem optar por utilizar o FGTS Futuro deverá informar essa escolha ao banco onde será feito o financiamento imobiliário. Os depósitos então serão transferidos automaticamente da Caixa para que a outra instituição financeira quite as parcelas do contrato.

Com o uso dessa antecipação, o trabalhador irá abater as prestações do imóvel usando o Fundo de Garantia assim que o valor for depositado pela empresa. A renda extra aumenta ainda a capacidade de pagamento das prestações em aproximadamente 8% (valor depositado na conta do trabalhador do fundo mês a mês). É mais uma medida para reduzir a principal dificuldade do brasileiro para comprar a casa própria: a obtenção de crédito.

Pelas regras do Minha Casa, Minha Vida, o mutuário pode comprometer até 30% de sua renda mensal com a parcela da casa própria. Se a família comprovar renda de R\$ 2.640, por exemplo, poderá pagar parcelas de até R\$ 792 no financiamento. Mas, se a prestação do imóvel a ser financiado for de R\$ 1.000, com o FGTS Futuro essa diferença de R\$ 208 por mês passa a ser complementada com os depósitos que ainda serão feitos pelo empregador.

UTILIZAÇÃO

A decisão do uso do FGTS Futuro para financiar o imóvel é exclusiva do trabalhador e vale apenas para os novos contratos. Segundo o texto da iniciativa, a instituição financeira deve informar as condições de financiamento com ou sem a utilização desses depósitos.

Assim como em todas as linhas de crédito, o valor total a ser caucionado será feito pela instituição financeira. Com base no montante depositado mensalmente pelo empregador (8% do salário do trabalhador), o agente financeiro calcula o período pelo qual, inicialmente, será necessário caucionar os depósitos futuros.

Até então, o valor acumulado pelo empregado podia ser usado na compra da casa própria em três hipóteses: como entrada, no pagamento de 12 parcelas (uma vez por ano, limitado a 80% do valor das prestações) ou na amortização do saldo devedor do contrato

(uma vez a cada dois anos). O orçamento do FGTS em 2024 será de R\$ 117,7 bilhões, dos quais R\$ 97,2 bilhões serão destinados para a habitação popular. O Minha Casa, Minha Vida, uma das principais bandeiras do presidente Lula (PT), será o principal destino dos recursos do fundo, com R\$ 95,9 bilhões. O governo quer construir 2 milhões de moradias até 2026.

COMO FUNCIONA

A modalidade aprovada pelo Congresso Nacional em julho de 2022 permite que o trabalhador com carteira assinada complemente um financiamento habitacional com créditos futuros do FGTS como forma de caução. Com o uso do FGTS Futuro, será possível reduzir o valor da prestação e aumentar a capacidade de pagamento em aproximadamente 8% (valor depositado na conta do trabalhador do fundo mês a mês). A princípio, apenas famílias com renda mensal de até R\$ 2.640 poderão utilizar o FGTS Futuro. Historicamente, o subsídio oferecido a famílias dessa faixa de renda varia de 85% a 95%.

Pela medida, as parcelas futuras do FGTS poderão ser incorporadas à base de cálculo da capacidade de financiamento, como se fosse uma renda extra. O

banco fará uma simulação a partir dos depósitos mensais atuais do empregador à conta do FGTS em nome do trabalhador. A diferença necessária para quitar a parcela será paga todo mês, de forma automática, pela Caixa Econômica Federal à instituição na qual o trabalhador fará o financiamento, com o dinheiro que iria para a sua conta no Fundo de Garantia gerenciado pelo banco estatal

INSS PAGA BENEFÍCIOS

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar o benefício de fevereiro a aposentados e pensionistas a partir do dia 23, para quem ganha até um salário mínimo. Os pagamentos seguem até 7 de março. A ordem dos depósitos leva em conta o número final do cartão do benefício, sem considerar o último dígito verificador, que fica depois do traço. Recebem primeiro os aposentados e pensionistas com benefício com dígito final 1. Neste ano, o salário mínimo foi reajustado para R\$ 1.412. Para quem recebe acima de um salário mínimo, os pagamentos começam em 1º de março e seguem até 7 do mesmo mês. Nesse caso, o teto para benefícios pagos pelo **INSS** encontra-se em R\$ 7.786,01. Atualmente, o **INSS** paga todo mês mais de 39 milhões de benefícios, dos quais 33,3 milhões benefícios previdenciários e 5,6 milhões em assistenciais. Os números se referem à folha de pagamento de novembro, dados mais recentes já divulgados, e podem oscilar mês a mês.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/02/2024/p1>

Novo FGTS para aliviar as prestações da casa própria

João Vitor Gomes

Um projeto do governo federal que permite utilizar os depósitos futuros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como complemento à renda mensal na contratação de financiamento imobiliário promete aliviar o bolso e dar mais poder de compra a quem planeja adquirir a casa própria.

Chamado de "FGTS Futuro", o projeto será apresentado em março ao conselho curador do FGTS, que irá aprovar ou não a nova regra de uso do fundo, afirma o governo.

Caso seja aprovada, a medida será válida para contratos do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), iniciando pela faixa 1 - com renda mensal de até R\$ 2.640 - e imóveis até R\$ 170 mil. Mas, no futuro, a ideia é ampliar para as faixas 2 e 3, indo a rendas de até R\$ 8 mil e imóveis de mais de R\$ 350 mil.

"Estamos falando de juros mais baixos, que compõem com outras fontes de recursos, que permite um valor maior e gera emprego e renda", afirma o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Wellington Dias.

Na prática, a quantia depositada todo mês na conta do FGTS do trabalhador pelo empregador seria encarado como uma remuneração assim como o salário, podendo participar do contrato.

Quem ganha R\$ 2 mil, por exemplo, e recebe R\$ 160 pelo fundo de garantia, conseguiria contratar um financiamento imobiliário utilizando o salário e a quantia do FGTS, que seria descontada direto da conta do trabalhador.

O recurso extra tem potencial de alavancar as vendas de imóveis econômicos, aqueles enquadrados na faixa 1, com valor de até R\$ 170 mil, como avalia o diretor do Sindicato das Empresas do Mercado Imobiliário do Espírito Santo (Secovi-ES), Ricardo Gava.

"Ao proporcionar mais poder de compra aos interessados que se enquadram nas regras estabelecidas, espera-se aumento real de 8% na capacidade de pagamento do mutuário. Isso deverá impulsionar a demanda por imóveis considerados econômicos", avalia.

O programa também ajudará a garantir acesso maior à habitação, segundo Gava. O governo estima que 60 mil casas serão financiadas por ano com os recursos do FGTS Futuro, disse o secretário de Habitação do Ministério das Cidades, Hailton Madureira, à CNN Brasil.

"As famílias vão trocar o seu FGTS Futuro pelo patrimônio. A própria multa de demissão está preservada integralmente", disse.

Você sabia?

O Minha Casa. Minha Vida é um programa de habitação federal, criado em março de 2009 pelo governo Lula.

O programa subsidia a aquisição da casa ou do apartamento próprio.

HABITAÇÃO

Oportunidade de compra

O técnico em manutenção de celulares Moisés Felipe da Silva, de 26 anos, pretende comprar uma casa pela faixa Ido Minha Casa. Minha Vida e aprovou a medida.

Para Moisés, a ampliação da renda traria facilidades para quem depende de recursos menores do que dois salários mínimos.

"Aluguel está cada vez mais caro, alimentação, e a **inflação** sempre sobem. Com isso, iria aliviar e facilitar o acesso à moradia a muitos trabalhadores que têm renda baixa", diz Moisés.

SAIBA MAIS

Medida deve entrar em vigor em março

Decisão no mês que vem

PARA ENTRAR EM VIGOR, a nova regra para o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como um complemento da renda vai precisar ser aprovada pelo Conselho Curador do FGTS.

AS REGRAS estão previstas para serem apreciadas

pelo Conselho em março, segundo o governo.

FAZEM PARTE do conselho representantes do governo, de centrais sindicais dos trabalhadores e dos empregadores.

Como é feito o cálculo

AS PARCELAS FUTURAS do FGTS po-

derão ser incorporadas à base de cálculo da capacidade de financiamento, como se fosse uma renda extra.

O BANCO fará uma simulação a partir dos depósitos mensais atuais do empregador à conta do FGTS em nome do trabalhador.

A DIFERENÇA necessária para quitar a parcela será paga todo mês, de forma automática, pela Caixa Econômica Federal à instituição na qual o trabalhador fará o financiamento, com o dinheiro do fundo.

PELAS REGRAS do Minha Casa, Minha Vida, o trabalhador pode comprometer até 30% da renda familiar mensal como a parcela do imóvel.

SE A FAMÍLIA COMPROVAR renda de R\$ 2.640, por exemplo, poderá pagar parcelas de até R\$ 792 no financiamento. Com 8% do FGTS (R\$ 108), poderia contratar parcela de R\$900.

Em caso de demissão

SE O TRABALHADOR for demitido, ele terá de assumir a parcela que vinha do depósito do ex-empregador no FGTS. Ou seja, deverá pagar do próprio bolso.

CASO INADIMPLENTE, o contratante corre o risco de perder o imóvel.

Fonte: Folha de S. Paulo e pesquisa AT.

RICARDO GAVA afirma que a medida proporciona mais poder de compra aos interessados que se enquadram nas regras estabelecidas

Integrantes de conselho criticam proposta federal

Integrantes do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) chegaram a criticar a proposta da nova regra.

A alegação é de que os trabalhadores que fizerem uso do FGTS Futuro vão deixar de acumular na conta vinculada os valores recolhidos pelas empresas.

Na hora da demissão sem justa causa, esses

empregados teriam pouco dinheiro a sacar, comprometendo a subsistência em momento de necessidade.

Por outro lado, integrantes do Ministério das Cidades avaliam que a medida amplia o acesso da população à casa própria e está dentro de uma das principais finalidades do FGTS, o apoio à habitação popular, afirma o jornal O Globo.

A medida, criada durante o governo de Jair Bolsonaro, tinha como objetivo acelerar as contratações do programa Casa Verde e Amarela.

A expectativa era de que a medida pudesse melhorar a aprovação de Bolsonaro, que disputava a reeleição contra o atual presidente.

ANALISE

Sandro Rizzato,

advogado tributarista e consultor empresarial

"A grande questão do projeto é o comprometimento da renda do trabalhador. Um fundo garantidor, como o nome já diz, e um recurso criado para garantir a renda em caso de desemprego.

Mas quando aplica-se o dinheiro do fundo em um financiamento imobiliário, surgem dois riscos. Primeiro, a ausência desse dinheiro quando for necessário no futuro e, por outro lado, o perigo de ter de arcar com um custo total sem ter nem mesmo a renda anterior, caso perca o emprego.

Vai existir um seguro para que a pessoa consiga pagar as parcelas? Se não existir, quem vai pagar?

Isso se refletirá, no futuro, no endividamento da população, além de gerar crédito de um dinheiro que não necessário no futuro e, por outro lado, o perigo de ter de arcar com um custo total sem ter nem mesmo a renda anterior, caso perca o emprego.

Vai existir um seguro para que a pessoa consiga pagar as parcelas? Se não existir, quem vai pagar?

Isso se refletirá, no futuro, no endividamento da população, além de gerar crédito de um dinheiro que não

3 em cada 4 pessoas apela para o FGTS

Da Redação

A cada início de ano, a história se repete. Com a enxurrada de despesas como os **impostos** sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), materiais escolares, entre outras, muitos brasileiros buscam as mais variadas formas para manter as finanças em ordem. Uma das mais acessadas é a antecipação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), utilizada por 3 em cada 4 indivíduos em Mato Grosso e no país.

O indicador consta no Mapa Serasa Crédito, divulgado neste mês. Ainda conforme os dados, 76% dos brasileiros que procuraram crédito em janeiro também pretendem solicitar empréstimos em fevereiro. No mês anterior, o serviço mais buscado na plataforma foi o de cartão de crédito, com 55%. Entre os consumidores que precisaram de cartão para vencer as contas de fim de ano e de início de 2024, o valor médio pretendido na faixa acima de R\$ 1,5 mil (35%).

Já em relação ao perfil do consumidor, a maior parte dos que procuraram algum tipo de crédito em janeiro faz parte da faixa etária de 26 a 35 anos (35%) e tem renda mensal entre R\$ 1 mil e R\$ 2,5 mil (40%). (JF)

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

FGTS futuro (Leitores)

Em princípio, mas apenas em princípio, o novo plano que envolve um misterioso "FGTS futuro" pode ser bom. Não esqueçamos, porém, o que aconteceu com o BNH, baseado na caderneta de poupança. Os salários acompanhavam a inflação, assim como os rendimentos da mesma. A derrocada daquele plano, a meu ver, deu-se em função do aumento das prestações, que partiram de preços de imóveis artificialmente majorados por serem financiados pelo BNH, principalmente quando financeiras privadas passaram a intermediar fundos virtualmente gerenciados pela Caixa, que exigia uma rigorosa avaliação no caso de hipotecas. Era comum ouvir-se "Eu posso comprar uma moradia, mas não poderia pagar o aluguel da mesma".

Resultado: inadimplência, retomada de imóveis cuja "dívida" era muito maior do que seu valor real. Rezemos para que o crime não se repita.

LUIS EDUARDO NEVES RIO

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Nova regra prevê adesão automática de trabalhador a fundos de pensão

MATHEUS PIOVESANA

A adesão automática a fundos de pensão, aprovada pelo Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc) na semana passada, deve ter maior impacto para entidades de menor porte. Os maiores fundos de pensão do País têm alta taxa de adesões por parte dos funcionários das empresas a que estão ligados - acima de 90%.

Ainda assim, o setor estima que meio milhão de pessoas estejam fora dos fundos.

Na Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, o maior do País, a adesão é superior a 96%; na Petros, dos funcionários da Petrobras, ultrapassa 85%; na Funcef, dos funcionários da Caixa Econômica Federal, chega a quase 97%. Os três fundos são os maiores do País e, juntos, detinham R\$ 474,6 bilhões em investimentos em setembro do ano passado, 41,6% do total do setor. Os dados são da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp).

A adesão automática cria um sistema de "opt out", aquele em que um beneficiário é inscrito automaticamente em um serviço ou grupo, e, para sair dele, tem de manifestar sua vontade de forma expressa.

Com a nova norma, o trabalhador que entra em uma empresa patrocinadora de um fundo de pensão adere a ele automaticamente, e tem até 120 dias para pedir para deixá-lo com direito à restituição dos valores descontados.

A mudança aprovada no CNPC era um pleito antigo de entidades como Abrapp, que representa os fundos de pensão.

Nas últimas décadas, esses fundos perderam peso dentro da economia diante da redução de tamanho das empresas patrocinadoras. Por conta disso, vêm buscando alternativas para voltar a crescer.

Uma das iniciativas mais bem-sucedidas foram os planos para familiares dos beneficiários, em que as empresas não fazem contribuições, e que chegaram a 141,4 mil pessoas cobertas no ano passado.

A adesão automática, porém, é mais impactante.

"Nós temos um universo de 500 mil colaboradores de empresas patrocinadoras que não participam dos planos", disse o presidente da Abrapp, Jarbas de Biagi, em entrevista ao Estadão/ Broadcast. Ele afirmou que não é possível estimar o impacto financeiro da medida, mas disse que a população que hoje está de fora dos fundos é significativa.

Em participantes ativos, a Abrapp estimava que os fundos tinham cerca de 3 milhões em setembro.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA. Nos maiores fundos, a alta adesão é fruto de uma estratégia de educação previdenciária. A Funcef, por exemplo, estima ter reduzido o número de funcionários da Caixa que não participam dos planos de 16 mil para 2,8 mil desde 2004. A maior parte dos não participantes são funcionários com muito tempo de casa, o que indica que a adesão dos novos empregados da Caixa é alta.

"Por conta disso, a Funcef estima que o impacto financeiro da adesão automática será pequeno", afirma a entidade em nota. Com base no concurso público que a Caixa fará neste ano, com 4 mil vagas, e nas atuais taxas de adesão, a Funcef estima que a nova regra agregaria R\$ 1,1 milhão anuais em contribuições de funcionários que, pela regulamentação atual, não adeririam ao plano.

A Petros afirma que o mecanismo deve dar um empurrão ao sistema. "Apesar do nosso nível de adesão historicamente elevado, consideramos o mecanismo da inscrição automática muito importante para o sistema, pois as novas gerações de trabalhadores têm cada vez menos preocupação com a segurança financeira de longo prazo e acabam, muitas vezes, deixando a decisão pela **previdência complementar** em segundo plano", disse a instituição em nota.

A Previ também vê a mudança de forma positiva. "Atualmente, o percentual de adesão à Previ já é bem alto, de cerca de 96%", diz o fundo em **comunicado**.

"Ainda assim, a aprovação da mudança é muito bem-vinda, já que a Previ vem trabalhando para que os funcionários do Banco do Brasil tenham desde o primeiro dia a segurança de um plano de previdência."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

INSS começa a pagar benefícios de fevereiro dia 23

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começa a pagar o benefício de fevereiro a aposentados e pensionistas a partir do dia 23, para quem ganha até um salário mínimo. Os pagamentos seguem até 7 de março.

A ordem dos depósitos leva em conta o número final do cartão do benefício, sem considerar o último dígito verificador, que fica depois do traço. Recebem primeiro os aposentados e pensionistas com benefício com dígito final 1.

Neste ano, o salário mínimo foi reajustado para R\$ 1.412. Para quem recebe acima de um salário mínimo, os pagamentos começam em 10 de março e seguem até 7 de março. Nesse caso, o teto para benefícios pagos pelo **INSS** encontra-se em R\$7.786,01.

Atualmente, o **INSS** paga todo mês mais de 39 milhões de benefícios, dos quais 33,3 milhões benefícios previdenciários e 5,6 milhões em assistenciais. Os números se referem à folha de pagamento de novembro, dados mais recentes já divulgados, e podem oscilar mês a mês.

Os valores a receber do **INSS** podem ser conferidos pelos beneficiários na internet, por meio do Meu **INSS**, seja no computador, pelo site ou pelo aplicativo para celular.

Site: <https://flippioneiro.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/pio/#page/1>

Pagamentos e inicia no dia 23

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) começará a pagar o benefício de fevereiro a aposentados e pensionistas a partir do dia 23 deste mês e até 7 de março. A ordem dos depósitos leva em conta o número final do cartão do benefício sem considerar o último dígito verificador, que fica depois do traço.

Recebem primeiro os aposentados e pensionistas com benefício com dígito final 1.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?numero=163189&edicao=10989>

Perícias 100% on-line até junho

Leticia Lopes leticia.lopes@oglobo.com.br

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, afirmou que até junho todas as perícias médicas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) serão feitas pela internet, através do Atestmed.

O sistema substitui a perícia presencial com o envio on-line de atestados e laudos médicos nos pedidos de benefício por incapacidade, como o auxílio-doença, e do Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas) para pessoas com deficiência.

Lupi afirmou que, atualmente, metade da demanda de perícia é atendida pelo Atestmed "porque as pessoas ainda estão com a cultura de marcar" presencialmente. As declarações do ministro foram dadas ao SBT.

- Com o Atestmed, uma via eletrônica, todo mundo pode escanear e mandar (o atestado), todo mundo pode chegar numa agência e mandar o atestado que o próprio médico já deu. É médico, tem CRM. Se vale para a empresa, por que o **INSS** não vai receber? - questionou Lupi: - Estamos automatizando isso. Até maio ou junho deste ano vamos ter 100% (das perícias) obrigatoriamente pelo atestado.

O ministro argumentou que a medida tem acelerado a fila do instituto. Dados do **INSS** apontam que o tempo médio de espera para a análise de pedidos de benefício chegou a 46 dias em janeiro.

No mesmo mês do ano passado, a espera era de 69 dias, ou seja, houve uma redução de quase duas semanas. O prazo leva em consideração apenas a fila, deixando de fora requerimentos que caíram em exigência e que dependem dos segurados para o fornecimento de informações complementares.

- Até dezembro (do ano passado) eu disse que seriam 45 dias, bati na trave, deu 47. Janeiro já está em 45 dias. Até dezembro, eu quero a média em 30 dias - projetou o ministro.

Teste de telemedicina começa em março

O ministro Carlos Lupi também falou sobre a implantação da telemedicina.

A medida é uma das ferramentas do plano do governo para enfrentamento da fila.

Pelas regras previstas na lei sancionada no fim do ano

passado pelo presidente Lula, o atendimento à distância será utilizado em cidades com poucos médicos peritos ou onde o tempo de espera esteja elevado. A relação de municípios deve ser elaborada pelo Ministério da **Previdência Social**.

A ideia é que a perícia remota funcione assim: o segurado comparece a uma das agências do **INSS**, em horário previamente estipulado, e é atendido em uma cabine com acesso à internet.

Segundo o ministro, no mês que vem o governo federal começará a testar o modelo em cidades do interior.

- Isso é um mecanismo que está sendo usado no mundo todo. Já estão sendo feitos alguns testes, e quem vai fazer é o perito. Em alguns casos vai ter necessidade (de ser presencial), mas a grande maioria vai ser pela telemedicina. Vamos começar uma espécie de modelagem em março. Vamos testando, corrigindo os erros.

Pretendo, até o final do ano, estar com isso a pleno vapor para toda a população como opção - afirmou Lupi.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Servidores devem ficar atentos aos prazos

MAYCON MARTE Especial para O Liberal

Com a aproximação das eleições para vereador e prefeito, este ano, os candidatos que são **servidores públicos** ou militares devem ficar atentos ao prazo para a desincompatibilização, que é o afastamento temporário ou definitivo de um cargo antes da disputa eleitoral, para garantir que eles não irão se beneficiar das posições que ocupam, em situações que configurem abuso de poder econômico e político.

O advogado eleitoral Sávio Melo explica que o fundamento da lei é "equilibrar a disputa eleitoral", e ressalta que a desincompatibilização "é um instituto do Direito Eleitoral que visa evitar que determinadas pessoas que ocupem cargos públicos utilizem essa condição para influenciar um eleitor ganhando vantagem".

Melo destaca que a lei exige o afastamento completo da função.

"Essa exoneração, essa saída do cargo, ela tem que ser real, tem que ser concreta e tem que ser efetiva, não pode ser apenas no papel", explica.

A candidatura que for enviada em descumprimento da norma, será efetivamente anulada.

"Se você não se desincompatibilizar no prazo legal e mesmo assim registrar a sua candidatura, na hora que a Justiça eleitoral for fazer o checklist de todos os requisitos e observar que você não se desincompatibilizou no prazo correto, a sua candidatura é indeferida", observa. O advogado também explica que apesar da inelegibilidade, o candidato não sofrerá outras penalidades.

prazos O advogado lembra que existem prazos de desincompatibilização diferentes a depender dos cargos que estão envolvidos". Embora dependa do cargo ocupado, os prazos de afastamento começam a ser contados seis meses antes do dia da eleição, que neste ano acontecerá em 6 de outubro. "Então a partir de abril nós começamos a ter prazos de desincompatibilização a serem cumpridos", explica.

A função desempenhada e o tipo de cargo também influenciam no período obrigatório do afastamento. Melo exemplifica que no serviço público de maneira geral, servidores comissionados e concursados possuem exigências diferentes. "Servidor público que é concursado, ele pede uma licença, mas servidor

público que é DAS [cargo comissionado] por exemplo tem que ser exonerado, o cargo DAS é de livre nomeação e de livre exoneração então ele sai no tempo exigido e tem que sair completamente".

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com/home>

Congresso adia retomada de votações

Em meio a tensão entre Congresso e Executivo, impostas, principalmente, pelo veto presidencial de R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão no Orçamento da União, o legislativo brasileiro estendeu o recesso do Carnaval até a próxima semana. Por lá, os trabalhos devem retomar só a partir da segunda-feira.

Não há, porém, nenhuma votação de temas espinhosos, a exemplo da Medida Provisória sobre a reoneração da folha de pagamento e o fim do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), agendada até o momento. Apenas início de sessões deliberativas, ou seja, apenas leituras de comunicados e realização de discursos.

No entendimento do Governo, o Perse não trouxe benefícios à economia e custou, no ano passado, R\$ 17 bilhões em isenções fiscais. O montante, de acordo com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, é R\$ 13 bilhões a mais do que o previsto pelo Executivo Nacional, o que contraria a meta do ministro de alavancar a arrecadação.

Medida desagradada A iniciativa de Haddad, porém, desagradou deputados e senadores, principalmente o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP), que já deu início ao ano legislativo, no último dia 5, subindo o tom contra o Executivo por conta do veto às emendas de comissão.

Por isso, a votação dessa MP 1.202 de 2023 promete provocar ainda mais entraves entre os poderes.

Vale ressaltar que no meio a essa medida provisória, que pode acabar, a partir de abril, com a isenção ou redução de **impostos** sobre os **tributos** do setor de eventos, há também a reoneração da folha de 17 setores da economia, também a partir de abril.

No ano passado, os parlamentares aprovaram a prorrogação do benefício até 2027, com impacto fiscal estimado em R\$ 20 bilhões por ano. O projeto, contudo, foi vetado pelo presidente Lula e, após o Congresso derrubar o veto, terminou sendo revogado por uma medida provisória, o que contribuiu ainda mais para o clima de tensão entre os poderes.

Tentativa de diálogo Na tentativa de apaziguar os ânimos, teve início entre o ministro da Fazenda e lideranças do Congresso, semana passada, a construção de um diálogo para se chegar a um meio-termo que contemple a modificação do prazo do retorno da reoneração, assim como seu alcance. Na

ocasião, o Governo aceitou a possibilidade de retirar a reoneração da MP para enviar um PL com uma proposta que contemple um maior tempo para a retomada da cobrança integral, que passaria de 2028 para 2029.

A confirmação de um acordo sobre o tema, segundo Fernando Haddad, depende do aval do presidente Lula, que eventualmente deve ceder à pressão do Congresso na tentativa de distensionar os recentes embates entre o Executivo e Legislativo.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/2655/15-02-2024/>

"Há espaço para o BC acelerar cortes da Selic"

Adriana Cotias De São Paulo

Crítico de primeira hora da postura do Banco Central (BC) de perseguir uma meta de **inflação** de 3,25% em 2023, Rogério Xavier, sócio-fundador e principal executivo da SPX Capital, faz um "mea culpa" e reconhece que a autoridade monetária foi bem-sucedida em controlar a alta de preços da economia. Mas ele considera que, se o cenário internacional seguir benigno, haveria espaço para o BC acelerar os cortes e levar a Selic para algo entre 7,5% e 8%, em comparação aos 9% ao ano que o mercado prevê no boletim Focus.

"Tem espaço para o BC continuar reduzindo sem que isso vá gerar uma pressão inflacionária maior", diz. "Até porque a taxa de juros "ex-ante" real [taxa esperada, descontada a **inflação** projetada para os próximos 12 meses] continua muito alta. Se fizer contra a Selic, é gritante (...), está com 7,5% de juro real", afirma.

Pelo diagnóstico, o câmbio é ponto a favor, porque o setor externo vai bem. Embora o quadro fiscal esteja debaixo de "um modelo provisório", a trajetória da dívida atual não caminha numa velocidade que leve o país "para o buraco". Mas a China é uma preocupação.

Com a visão privilegiada de quem transita nas principais praças financeiras globais, Xavier diz que, do ponto de vista do estrangeiro, o Brasil está em melhores mãos com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do que nas do antecessor Jair Bolsonaro, não pela pauta econômica, mas pelas questões de meio ambiente, equidade racial, de gênero e no trato diplomático. Com quase R\$ 60 bilhões, além de São Paulo e Rio, a SPX Capital tem escritórios em Londres (Reino Unido), Nova York (EUA), Cascais (Portugal) e Cingapura.

A seguir, trechos da entrevista concedida ao Valor em passagem recente do gestor, que fica baseado em Londres, pelo Brasil.

Valor: Houve reuniões de política monetária do Fed e do banco central brasileiro. Algo mudou no seu cenário depois desses encontros?

Rogério Xavier: Parece que os bancos centrais, como

erraram muito na subida [da **inflação**], estão mais cautelosos para não errar para baixo. Quando se olha as condições, não da economia, da **inflação**, poderiam estar mais ativos na política monetária. É bem verdade que a questão do mercado de trabalho tem sido uma preocupação porque está apertado no mundo inteiro. E há sempre um receio de que, quando comece a afrouxar a política monetária, a **inflação** volte a acelerar. Assim como o crescimento, principalmente nos Estados Unidos, tem surpreendido para cima, a **inflação** tem surpreendido para baixo. Há uma tendência, principalmente no setor de bens, por conta de uma grande exportação deflacionária vinda da China, que parece não estar nem perto de ser revertida. Se esse mercado de trabalho apertado vai pressionar a **inflação** de serviços à frente é a grande dúvida.

Valor: No Brasil a **inflação** surpreendeu também...

Xavier: Eu sou um dos que fazem o "mea culpa" à crítica que eu fiz ao Banco Central, que não deveria perseguir uma meta tão baixa porque ia ser difícil alcançá-la, e no final ele fez a meta. Os resultados são espetaculares, porque o crescimento tem surpreendido para cima e a **inflação** para baixo, com o mercado de trabalho apertado. O que o BC vem dizendo é que precisa consolidar esse cenário de **inflação** no "target" e de expectativas mais perto do centro da meta, que não estão. Há uma divergência entre o Focus e o mercado relativamente grande. O Focus está parado, em torno de 3,80%, e a **inflação** precificada em 3,60%. A nossa projeção é menor ainda, de 3,30%, podendo cair. Se tiver um cenário externo benigno para economias emergentes, com queda dos juros dos países desenvolvidos, **inflação** ao redor do centro da meta e expectativas ancoradas para os anos à frente, não vejo por que o BC não poderia acelerar o passo e buscar uma taxa "terminal" [no fim do ciclo] mais baixa.

Valor: Já para 2024?

Xavier: Sim. Se deixar muito para frente, perde o sentido, porque quanto mais você anda no tempo, mais se aproxima do objetivo. A questão de acelerar ou não é que, se a **inflação** estiver na meta e o crescimento rodando abaixo do neutro, do potencial, não há motivo para ficar restringindo tanto.

Valor: Qual é a taxa que projeta?

Xavier: Não precisa nem ser a minha. Se pegar a estimativa de taxa neutra do BC, de 4,5%, com a **inflação** rodando entre 3% e 3,5%, você está falando de uma taxa entre 7,5% e 8%. E o mercado trabalha com 9%, 9,5%. Haveria um bom espaço para cair adicionalmente os juros, justificaria uma aceleração do passo. Mesmo as questões sobre o "El Nino", como ia impactar os preços dos alimentos, ficaram para trás. E parece que finalmente a Petrobras ganhou alguma independência. Mesmo diante de pressões baixistas no preço dos combustíveis, tem uma política que privilegia a companhia e não os interesses do governo. Se, por um acaso, mais à frente, quando tiver uma menor volatilidade geopolítica e no preço do petróleo, a Petrobras pode reduzir e contribuir, adicionalmente, para a queda da **inflação**. Tem espaço para o BC continuar reduzindo sem que isso vá gerar pressão inflacionária maior, até porque a taxa de juros "ex-ante" real continua elevada. Se fizer contra a Selic, é gritante, está com quase 3,5% de **inflação** contra cerca de 11%, está com 7,5% de juro real, na margem, que ainda é muito alto, mas é o objetivo deles.

Valor: O BC está preocupado com o câmbio de alguma forma?

Xavier: Acho que não. O câmbio no Brasil [tem relação] com a performance da balança comercial e da conta corrente do balanço de pagamentos. A balança comercial rodando ao redor dos US\$ 100 bilhões, a conta corrente muito abaixo da média histórica, com déficit entre -0,5% [do **PIB**] e -1%, ante média perto de -2%, a necessidade de financiamento para fechar as contas é irrisória. A menor das preocupações é o setor externo, o que ajuda na estratégia do BC.

Valor: Qual a casca de banana?

Xavier: O problema é a China, que tem demonstrado desequilíbrios fortes na economia. Os sinais que vêm de lá são inquietantes, está num processo de esgotamento de modelo econômico e não há o convencimento das autoridades. O endividamento continua crescendo de maneira acelerada, perdeu-se totalmente a confiança no mercado imobiliário. A Evergrande quebrou. E, quando tem um problema no setor imobiliário, dificilmente não atinge o setor financeiro. A grande dúvida é como será o contágio de uma possível crise bancária ou financeira, como seria o gerenciamento desse problema pelas autoridades chinesas. As pessoas olham muito para o sistema bancário regulado, não para o "shadow banking" [o paralelo], e já há casos de instituições que quebraram. É no setor não regulado que o problema aparece de maneira mais clara. Minha intuição é que o regulado não marca a mercado o preço dos ativos porque os créditos bancários do setor estatal são emprestados

para empresas estatais. O regulador não deve achar que aquilo é um problema de crédito. No não regulado, as pessoas pedem resgate, tem que marcar.

Valor: Mas daí as pessoas não vão justamente para os bancos?

Xavier: É, mas no final a história mostra que acidentes acontecem.

Tem que apostar que o governo chinês vai gerenciar bem uma crise financeira e bancária. Há quem diga que é governo chinês contra o governo chinês, então não tem problema. Claro que tem. O endividamento na China, privado e público, hoje é estimado em 300% do **PIB**. Só os valores, em si, são muito grandes. Dar de ombros, como se fosse um problema pequeno, eu acho uma leniência grande.

Valor: É um risco para esse cenário mais benigno para outras economias emergentes, como a do Brasil?

Xavier: Eu não tenho dúvida que já está no processo de um acidente na China, não sei o que significa, que tipo de acidente é, porque é muito opaco, não dá para saber quais as ramificações de um eventual problema financeiro e bancário. Mas, do ponto de vista da atividade global, não tenho dúvida que caia. Isso, por si só, já seria um problema para o mundo e principalmente para países mais ligados à China, como o Brasil. Imagina que a China cresça pouco e o preço das commodities caia bastante. Todo esse benefício que o país tem hoje, de uma balança comercial exuberante, vai se perder. Isso me faz ser mais cauteloso em assumir riscos que eu tomaria diante de um cenário tão benigno.

Valor: Em evento recente, seu comentário era que preferia ficar fora de países dependentes de China...

Xavier: Sim, eu acho que o grande tema de 24 é a redução de juros globais. E, se tiver um acidente na China, aí é que os BCs cortam mesmo. Mas as economias emergentes, principalmente às ligadas à China, podem ter suas moedas desvalorizadas para compensar a queda das commodities, e os juros futuros sobem. As ações, principalmente no Brasil, em que commodities são parte importante do índice, também sofrem.

Valor: E o fiscal brasileiro também é um risco a se monitorar?

Xavier: O país tem que encaminhar uma solução para o [resultado] primário, para o tamanho do endividamento, mas, olhando para a margem, não vejo uma velocidade que leve para o buraco. As pessoas questionam a capacidade do Tesouro de pagar sua

dívida e, portanto, os prêmios exigidos para carregar um título público subiriam de maneira expressiva. Não vejo esse cenário com o déficit entre 0,5% e 1% do **PIB**. A principal contribuição é dizer que esse arcabouço implementado não é o indicado para nenhum país. O problema é que o Brasil gasta mal, de maneira ineficiente, indexada, e precisa dar um jeito nisso. O país fez um modelo que aumenta o gasto e, para isso acontecer, para não estourar as contas públicas, tem que aumentar a arrecadação, gerando diversos desequilíbrios. O modelo fiscal brasileiro é provisório, não se sustenta no tempo, assim como o teto de gastos não se sustentou, as fontes de arrecadação acabam se esgotando. Vai ser preciso uma nova reforma da Previdência no futuro. A **reforma tributária** que foi aprovada também não será a que vingará, vai precisar de outra. Enfim, o Brasil avança na direção correta, mas esse arcabouço fiscal está na direção contrária e vai precisar ser modificado num futuro próximo, porque senão, de fato, o Brasil terá um problema de velocidade de piora da dívida/**PIB**.

Valor: No fim de 2022, lá nas eleições, a sua visão era positiva do que poderia ser um governo Lula, mas houve um início conturbado...

Xavier: Durante o ano de 23 tiveram coisas que me surpreenderam, a primeira foi o ministro [Fernando] Haddad, a seriedade, a competência dele. Embora o arcabouço produzido não seja o que eu gosto, o mercado gostou. Depois, ele avançou na **reforma tributária**, apesar de não ser a melhor para o país, porque teve diversos incentivos para alguns setores com um lobby forte e organizado que, em alguma medida, atrapalharam inclusive a alíquota resultante, que vai sobrar para os setores não mobilizados. A agenda econômica avançou e tem muito mérito do ministro. Mas também, o que subestimei, do Congresso, na figura, principalmente, do presidente da Câmara, Arthur Lira, que teve um desempenho extraordinário e pautou as medidas de interesse do país, não do governo.

Valor: E o Lula lá fora, continua sendo "o cara"?

Xavier: O mundo externo tinha uma visão, pelo menos até 2022, negativa em relação a [Donald] Trump [EUA], a Bolsonaro, [Recep Tayyip] Erdogan [Turquia], [Viktor] Orbán [Hungria], todos esses políticos mais à direita. Tirando os que não vivem uma democracia plena, eles perderam as eleições. O Trump perdeu, o Bolsonaro perdeu. Não é que as pessoas fossem contra a política econômica do ministro [da Economia] Paulo Guedes, pelo contrário, o mercado apoiava fortemente. Já a visão sobre a Presidência, achavam que comparativamente era melhor um presidente que não tivesse essa postura tão agressiva em relação ao meio ambiente, às questões mais ligadas à família,

como era com Bolsonaro, a parte diplomática, que era bastante questionável. O Brasil sempre foi um país neutro, mais amigável. Bolsonaro criou conflitos desnecessários. A questão da homofobia, da Amazônia, são assuntos que as pessoas fora do Brasil dão muito valor. O Lula, talvez, não seja a maravilha do século, mas ele tem uma outra perspectiva, do ponto de vista dos investidores, de que vai cuidar das pessoas, do ambiente, sem discriminação. Lá fora, as pessoas dão pouca importância a essa discussão fiscal que a gente tem aqui, porque todos os países têm problema fiscal.

"Modelo fiscal brasileiro é provisório, não se sustenta no tempo, assim como o teto de gastos não se sustentou"

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187789>

Há espaço para o BC acelerar cortes da Selic, diz Rogério Xavier, da SPX

Por Adriana Cotias - De São Paulo

15/02/2024 05h02 Atualizado há uma hora

Crítico de primeira hora da postura do Banco Central (BC) de perseguir uma meta de **inflação** de 3,25% em 2023, Rogério Xavier, sócio-fundador e principal executivo da SPX Capital, faz um "mea culpa" e reconhece que a autoridade monetária foi bem-sucedida em controlar a alta de preços da economia. Mas ele considera que, se o cenário internacional seguir benigno, haveria espaço para o BC acelerar os cortes e levar a Selic para algo entre 7,5% e 8%, em comparação aos 9% ao ano que o mercado prevê no boletim Focus.

"Tem espaço para o BC continuar reduzindo sem que isso vá gerar uma pressão inflacionária maior", diz. "Até porque a taxa de juros 'ex-ante' real [taxa esperada, descontada a **inflação** projetada para os próximos 12 meses] continua muito alta. Se fizer contra a Selic, é gritante (...), está com 7,5% de juro real", afirma.

Pelo diagnóstico, o câmbio é ponto a favor, porque o setor externo vai bem. Embora o quadro fiscal esteja debaixo de "um modelo provisório", a trajetória da dívida atual não caminha numa velocidade que leve o país "para o buraco". Mas a China é uma preocupação.

Com a visão privilegiada de quem transita nas principais praças financeiras globais, Xavier diz que, do ponto de vista do estrangeiro, o Brasil está em melhores mãos com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva do que nas do antecessor Jair Bolsonaro, não pela pauta econômica, mas pelas questões de meio ambiente, equidade racial, de gênero e no trato diplomático. Com quase R\$ 60 bilhões, além de São Paulo e Rio, a SPX Capital tem escritórios em Londres (Reino Unido), Nova York (EUA), Cascais (Portugal) e Cingapura.

A seguir, trechos da entrevista concedida ao Valor em passagem recente do gestor, que fica baseado em Londres, pelo Brasil.

Valor: Houve reuniões de política monetária do Fed e do banco central brasileiro. Algo mudou no seu cenário depois desses encontros?

Rogério Xavier: Parece que os bancos centrais, como erraram muito na subida [da **inflação**], estão mais cautelosos para não errar para baixo. Quando se olha as condições, não da economia, da **inflação**, poderiam estar mais ativos na política monetária. É bem verdade que a questão do mercado de trabalho tem sido uma preocupação porque está apertado no mundo inteiro. E há sempre um receio de que, quando comece a afrouxar a política monetária, a **inflação** volte a acelerar. Assim como o crescimento, principalmente nos Estados Unidos, tem surpreendido para cima, a **inflação** tem surpreendido para baixo. Há uma tendência, principalmente no setor de bens, por conta de uma grande exportação deflacionária vinda da China, que parece não estar nem perto de ser revertida. Se esse mercado de trabalho apertado vai pressionar a **inflação** de serviços à frente é a grande dúvida.

Valor: No Brasil a **inflação** surpreendeu também...

Xavier: Eu sou um dos que fazem o 'mea culpa' à crítica que eu fiz ao Banco Central, que não deveria perseguir uma meta tão baixa porque ia ser difícil alcançá-la, e no final ele fez a meta. Os resultados são espetaculares, porque o crescimento tem surpreendido para cima e a **inflação** para baixo, com o mercado de trabalho apertado. O que o BC vem dizendo é que precisa consolidar esse cenário de **inflação** no 'target' e de expectativas mais perto do centro da meta, que não estão. Há uma divergência entre o Focus e o mercado relativamente grande. O Focus está parado, em torno de 3,80%, e a **inflação** precificada em 3,60%. A nossa projeção é menor ainda, de 3,30%, podendo cair. Se tiver um cenário externo benigno para economias emergentes, com queda dos juros dos países desenvolvidos, **inflação** ao redor do centro da meta e expectativas ancoradas para os anos à frente, não vejo por que o BC não poderia acelerar o passo e buscar uma taxa 'terminal' [no fim do ciclo] mais baixa.

Valor: Já para 2024?

Xavier: Sim. Se deixar muito para frente, perde o sentido, porque quanto mais você anda no tempo, mais se aproxima do objetivo. A questão de acelerar ou não é que, se a **inflação** estiver na meta e o crescimento rodando abaixo do neutro, do potencial, não há motivo para ficar restringindo tanto.

Valor: Qual é a taxa que projeta?

Xavier: Não precisa nem ser a minha. Se pegar a estimativa de taxa neutra do BC, de 4,5%, com a **inflação** rodando entre 3% e 3,5%, você está falando de uma taxa entre 7,5% e 8%. E o mercado trabalha com 9%, 9,5%. Haveria um bom espaço para cair adicionalmente os juros, justificaria uma aceleração do passo. Mesmo as questões sobre o 'El Niño', como ia impactar os preços dos alimentos, ficaram para trás. E parece que finalmente a Petrobras ganhou alguma independência. Mesmo diante de pressões baixistas no preço dos combustíveis, tem uma política que privilegia a companhia e não os interesses do governo. Se, por um acaso, mais à frente, quando tiver uma menor volatilidade geopolítica e no preço do petróleo, a Petrobras pode reduzir e contribuir, adicionalmente, para a queda da **inflação**. Tem espaço para o BC continuar reduzindo sem que isso vá gerar pressão inflacionária maior, até porque a taxa de juros 'ex-ante' real continua elevada. Se fizer contra a Selic, é gritante, está com quase 3,5% de **inflação** contra cerca de 11%, está com 7,5% de juro real, na margem, que ainda é muito alto, mas é o objetivo deles.

Valor: O BC está preocupado com o câmbio de alguma forma?

Xavier: Acho que não. O câmbio no Brasil [tem relação] com a performance da balança comercial e da conta corrente do balanço de pagamentos. A balança comercial rodando ao redor dos US\$ 100 bilhões, a conta corrente muito abaixo da média histórica, com déficit entre -0,5% [do **PIB**] e -1%, ante média perto de -2%, a necessidade de financiamento para fechar as contas é irrisória. A menor das preocupações é o setor externo, o que ajuda na estratégia do BC.

Valor: Qual a casca de banana?

Xavier: O problema é a China, que tem demonstrado desequilíbrios fortes na economia. Os sinais que vêm de lá são inquietantes, está num processo de esgotamento de modelo econômico e não há o convencimento das autoridades. O endividamento continua crescendo de maneira acelerada, perdeu-se totalmente a confiança no mercado imobiliário. A Evergrande quebrou. E, quando tem um problema no setor imobiliário, dificilmente não atinge o setor financeiro. A grande dúvida é como será o contágio de uma possível crise bancária ou financeira, como seria o gerenciamento desse problema pelas autoridades chinesas. As pessoas olham muito para o sistema bancário regulado, não para o 'shadow banking' [o paralelo], e já há casos de instituições que quebraram. É no setor não regulado que o problema aparece de maneira mais clara. Minha intuição é que o regulado

não marca a mercado o preço dos ativos porque os créditos bancários do setor estatal são emprestados para empresas estatais. O regulador não deve achar que aquilo é um problema de crédito. No não regulado, as pessoas pedem resgate, tem que marcar.

Valor: Mas daí as pessoas não vão justamente para os bancos?

Xavier: É, mas no final a história mostra que acidentes acontecem. Tem que apostar que o governo chinês vai gerenciar bem uma crise financeira e bancária. Há quem diga que é governo chinês contra o governo chinês, então não tem problema. Claro que tem. O endividamento na China, privado e público, hoje é estimado em 300% do **PIB**. Só os valores, em si, são muito grandes. Dar de ombros, como se fosse um problema pequeno, eu acho uma leniência grande.

Valor: É um risco para esse cenário mais benigno para outras economias emergentes, como a do Brasil?

Xavier: Eu não tenho dúvida que já está no processo de um acidente na China, não sei o que significa, que tipo de acidente é, porque é muito opaco, não dá para saber quais as ramificações de um eventual problema financeiro e bancário. Mas, do ponto de vista da atividade global, não tenho dúvida que caia. Isso, por si só, já seria um problema para o mundo e principalmente para países mais ligados à China, como o Brasil. Imagina que a China cresça pouco e o preço das commodities caia bastante. Todo esse benefício que o país tem hoje, de uma balança comercial exuberante, vai se perder. Isso me faz ser mais cauteloso em assumir riscos que eu tomaria diante de um cenário tão benigno.

Valor: Em evento recente, seu comentário era que preferia ficar fora de países dependentes de China...

Xavier: Sim, eu acho que o grande tema de 24 é a redução de juros globais. E, se tiver um acidente na China, aí é que os BCs cortam mesmo. Mas as economias emergentes, principalmente às ligadas à China, podem ter suas moedas desvalorizadas para compensar a queda das commodities, e os juros futuros sobem. As ações, principalmente no Brasil, em que commodities são parte importante do índice, também sofrem.

Valor: E o fiscal brasileiro também é um risco a se monitorar?

Xavier: O país tem que encaminhar uma solução para o [resultado] primário, para o tamanho do endividamento, mas, olhando para a margem, não vejo uma velocidade que leve para o buraco. As pessoas questionam a capacidade do Tesouro de pagar sua

dívida e, portanto, os prêmios exigidos para carregar um título público subiriam de maneira expressiva. Não vejo esse cenário com o déficit entre 0,5% e 1% do **PIB**. A principal contribuição é dizer que esse arcabouço implementado não é o indicado para nenhum país. O problema é que o Brasil gasta mal, de maneira ineficiente, indexada, e precisa dar um jeito nisso. O país fez um modelo que aumenta o gasto e, para isso acontecer, para não estourar as contas públicas, tem que aumentar a arrecadação, gerando diversos desequilíbrios. O modelo fiscal brasileiro é provisório, não se sustenta no tempo, assim como o teto de gastos não se sustentou, as fontes de arrecadação acabam se esgotando. Vai ser preciso uma nova reforma da Previdência no futuro. A **reforma tributária** que foi aprovada também não será a que vingará, vai precisar de outra. Enfim, o Brasil avança na direção correta, mas esse arcabouço fiscal está na direção contrária e vai precisar ser modificado num futuro próximo, porque senão, de fato, o Brasil terá um problema de velocidade de piora da dívida/**PIB**.

Valor: No fim de 2022, lá nas eleições, a sua visão era positiva do que poderia ser um governo Lula, mas houve um início conturbado...

Xavier: Durante o ano de 23 tiveram coisas que me surpreenderam, a primeira foi o ministro [Fernando] Haddad, a seriedade, a competência dele. Embora o arcabouço produzido não seja o que eu gosto, o mercado gostou. Depois, ele avançou na **reforma tributária**, apesar de não ser a melhor para o país, porque teve diversos incentivos para alguns setores com um lobby forte e organizado que, em alguma medida, atrapalharam inclusive a alíquota resultante, que vai sobrar para os setores não mobilizados. A agenda econômica avançou e tem muito mérito do ministro. Mas também, o que subestimei, do Congresso, na figura, principalmente, do presidente da Câmara, Arthur Lira, que teve um desempenho extraordinário e pautou as medidas de interesse do país, não do governo.

Valor: E o Lula lá fora, continua sendo "o cara"?

Xavier: O mundo externo tinha uma visão, pelo menos até 2022, negativa em relação a [Donald] Trump [EUA], a Bolsonaro, [Recep Tayyip] Erdogan [Turquia], [Viktor] Orbán [Hungria], todos esses políticos mais à direita. Tirando os que não vivem uma democracia plena, eles perderam as eleições. O Trump perdeu, o Bolsonaro perdeu. Não é que as pessoas fossem contra a política econômica do ministro [da Economia] Paulo Guedes, pelo contrário, o mercado apoiava fortemente. Já a visão sobre a Presidência, achavam que comparativamente era melhor um presidente que não tivesse essa postura tão agressiva em relação ao meio ambiente, às questões mais ligadas à família,

como era com Bolsonaro, a parte diplomática, que era bastante questionável. O Brasil sempre foi um país neutro, mais amigável. Bolsonaro criou conflitos desnecessários. A questão da homofobia, da Amazônia, são assuntos que as pessoas fora do Brasil dão muito valor. O Lula, talvez, não seja a maravilha do século, mas ele tem uma outra perspectiva, do ponto de vista dos investidores, de que vai cuidar das pessoas, do ambiente, sem discriminação. Lá fora, as pessoas dão pouca importância a essa discussão fiscal que a gente tem aqui, porque todos os países têm problema fiscal.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2024/02/15/ha-espaco-para-o-bc-acelerar-cortes-da-selic-diz-rogerio-xavier-da-spx.shtml>

Disputa por empresas estados de olho na atração das "bets"

VICTORIA ABEL E GERALDA DOCA
economia@oglobo.com.br

BRASÍLIA

Enquanto o governo federal ainda não concluiu a regulamentação de apostas esportivas estados como Rio de Janeiro e Paraná tentaram se antecipar. Eles adotaram medidas que aumentariam a arrecadação, como a definição de valor para o pagamento de outorga e a aplicação de um percentual sobre a receita inferior ao que estaria previsto na legislação federal. O movimento não passou despercebido no Ministério da Fazenda, que faz um apelo aos governadores para que aguardem os detalhes finais da lei federal.

Integrantes da pasta avaliam que a norma já está implícita na lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em dezembro. O governo federal teme uma guerra entre os estados para atrair bets.

Até março, ao menos três novas portarias devem ser publicadas com diretrizes para empresas de auditorias, publicidade e abertura das inscrições para as bets interessadas em se regularizar no país.

ATUAÇÃO LOCAL

O movimento dos estados não foi à toa. Além da licença nacional, que autoriza uma empresa a ter o site funcionando no país, as bets poderão escolher comprar apenas uma licença local. Neste caso, porém, a atuação da empresa ficaria restrita à unidade da federação onde se registrar: apenas o apostador que reside naquele estado ou que estiver lá poderá acessar a plataforma de apostas.

A delimitação territorial será controlada por meio de georreferenciamento de endereços de IPs (identificação do aparelho), tanto de celulares, quanto de computadores. Um jogador que está no Rio de Janeiro, por exemplo, não poderá acessar um site com licença para funcionar apenas em São Paulo.

A concessão de licenças estaduais poderá ter normas próprias, como valor de outorga e taxas sobre ganhos mais baixas que os índices nacionais, além de regras próprias de propaganda nos contextos locais.

Pela lei federal, uma empresa de apostas on-line que

decidir atuar no país terá de pagar R\$ 30 milhões para obter a licença de operação. Também prevê um imposto de 12% sobre o valor arrecadado pelas empresas após deduções.

Esses valores podem ser menores para os governos estaduais. No entanto, a legislação federal precisará prevalecer nos aspectos não financeiros. Assim como uma empresa com autorização nacional não pode ser proibida de atuar e realizar propagandas em um estado.

-A partir da terceira portaria publicada, que deve sair até o próximo mês, vamos colocar o prazo em que algumas regras nacionais passarão a valer para todas as empresas. Elas precisarão seguir as regras nacionais de publicidade, por exemplo, e de meios de pagamentos credenciados pelo Banco Central, mesmo tendo a licença estadual - disse Francisco Manssur, assessor especial do Ministério da Fazenda.

No entanto, como o Ministério da Fazenda ainda não abriu os prazos de autorização nacional, o governo federal tem alertado que, por enquanto, as empresas sem licença podem continuar funcionando e realizando propagandas normalmente em qualquer local do território nacional.

Uma nota técnica da Fazenda deixou claro que estados não podem aplicar sanções nem exigir a inscrição estadual de uma empresa de apostas agora. O ideal, de acordo com técnicos da pasta, é que uma eventual regulamentação local só seja feita após a regulamentação federal. "A regulamentação das loterias estaduais compete aos estados, desde que observados os limites **impostos** pela legislação federal", diz a nota da Fazenda.

O estado do Paraná, por exemplo, já lançou um edital para credenciar empresas interessadas. Foram autorizadas cinco empresas, e cada uma pagou R\$ 5 milhões para explorar a atividade virtual por cinco anos, nos limites do território paranaense. O processo é legal. Porém, o governo estadual não pode proibir outra empresa sem licença de atuar no estado, até que a outorga nacional seja comercializada.

"Simplesmente fizemos nosso processo de abertura de credenciamento, por meio de edital amplamente divulgado, com empresas lo-téricas com interesse de

trabalhar nos limites do estado do Paraná, conforme permite a legislação", disse a nota do governo paranaense.

No texto, o estado lembrou que o governo estadual criou em 2021, após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), a Lottopar para regulamentar e fiscalizar as operações lotéricas, além de conceder licença para que as empresas explorem as modalidades lotéricas.

No Rio, a outorga é de R\$ 5 milhões, por uma licença de cinco anos, e a tributação é de 5%, por exemplo.

FOCO NA ARRECADAÇÃO

Em nota, o governo do Rio disse que o edital lançado pela Loterj para credenciamento de casas de apostas foi elaborado respeitando a legislação federal e não foram criadas novas regras.

"Os objetivos do edital são viabilizar a expansão do mercado de jogos legalizados pela União e, conseqüentemente, aumentar a nossa arrecadação, já que 70% do lucro da Loterj é revertido para ações sociais em todo o estado do Rio de Janeiro", diz o texto.

-Os estados podem ter loterias, o que eles não podem é legislar sobre regras nacionais. A lei federal sempre tem comando maior. Eles não podem, por exemplo, criar uma regra que permita a autorização da empresa fora do estado, uma loteria estadual tem que ser comercializada exclusivamente no território estadual - disse o presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias, Wesley Cardia.

Ele ainda lembrou que a escolha por uma licença estadual ou nacional vai depender da estratégia de cada plataforma de apostas:

-A empresa vai comprar a licença nacional se tiver interesse em explorar a marca nacionalmente, mas uma empresa menor, de interesse local, pode escolher uma licença mais barata. Até porque, não tem só o valor da licença, é o custo da operação nacional ou local, influenciadores, propagandas, manutenção.

R\$ 30

milhões para obter licença de operação

Este é o valor previsto na lei federal, aprovada pelo Congresso em dezembro do ano passado

12%

Éo percentual do imposto sobre a receita

Estados acenam com tributação menor do que a prevista na lei federal para atrair empresas

Site:

<https://digital.jornalvs.com.br/edicao/imprensa/15318/15-02-2024.html?all=1>

Mais de um quarto das empresas não gera resultado suficiente para pagar dívida

Liane Thedim Do Rio

Mesmo com o início do ciclo de afrouxamento monetário, o país ainda não vê melhora significativa na situação das empresas, que amargam queda nas vendas e nas margens de lucro bruto. Estudo do Centro de Estudos de Mercado de Capitais (Cemec-Fipe) mostra que a quantidade de companhias de capital aberto que não conseguem cobrir as despesas financeiras com sua geração de caixa é grande, e os indicadores devem piorar nos próximos meses.

Esse é o efeito de um período de juros ainda elevados. No entanto, diz o levantamento, os gastos com encargos financeiros têm "clara tendência decrescente", ao mesmo tempo em que a queda nos lucros está menos intensa. Segundo Carlos Antonio Rocca, coordenador do Cemec-Fipe, o cenário deve começar a clarear ainda neste ano.

O quadro atual exibido pelo estudo é difícil: o índice de inadimplência de pessoas jurídicas se manteve em alta, em 3,58% em novembro do ano passado, mais que o dobro do visto no fim de 2020 (1,45%). Consultorias especializadas em reestruturação de dívidas apontam que cresceu fortemente a procura de empresas em busca de renegociação com credores, comprador ou sócio, ou recuperação judicial. Entre os setores mais problemáticos, os especialistas apontam construção civil, varejo e agronegócio.

"O número de consultas que temos recebido de empresas com endividamento acima de R\$ 200 milhões aumentou bastante", comenta Ricardo Knoepfelmacher, fundador da RK Partners, especializada em reestruturações. Levantamento da consultoria mostra que, na média, as taxas do crédito para capital de giro já caíram em três pontos percentuais de janeiro de 2023 para o mês passado, de 30,3% para 27,3% ao ano, ou seja, ainda patamares bastante altos. Ao mesmo tempo, o mercado de capitais está bastante seletivo depois dos rumorosos casos de Americanas e Light no início do ano passado.

Em linha com o cenário sinalizado pelo Cemec, o estudo da RK revela que, entre as empresas de capital aberto, 27% têm geração de lucro inferior ao que têm de pagar em dívidas neste ano - o maior percentual na série histórica da consultoria, iniciada no primeiro

trimestre de 2019. "A queda dos juros demora de 18 a 24 meses para ter efeito nas contas das empresas. Então o ano de 2024 ainda vai ser ruim", avalia Knoepfelmacher. Segundo ele, 15% delas têm alavancagem acima de seis vezes sua geração de caixa. "Mais do que três vezes já é um patamar muito alto com a Selic neste nível." Ricardo Jacomassi, sócio e economista-chefe da TCP Partners, afirma que o caixa das empresas ainda está muito apertado. "O custo aumentou com a alta da Selic e ainda não caiu. Ao mesmo tempo a performance de vendas não melhorou para que a geração de caixa faça frente às dívidas", diz. Para mudar o cenário, afirma, seria preciso que as receitas voltassem ao patamar de 2019. Relatório da empresa, que acompanha 60 setores, projeta crescimento de 6% nos pedidos de recuperação judicial (RJ) neste ano frente a 2023, quando, segundo dados da Serasa Experian, os pedidos subiram 68,7% e somaram 1.405, o maior valor desde 2020.

Knoepfelmacher, porém, ressalta que os indicadores de pedidos de RJs não são representativos, porque o país tem um universo de 21 milhões de empresas, sendo que quase 7 milhões têm ao menos uma dívida vencida. "Em um ano e meio muitas não vão conseguir pagar e terão que renegociar o débito. A recuperação judicial é um remédio amargo e de custo alto com advogados, administrador. Fizemos 128 reestruturações nos últimos anos, e só 29 foram RJs." Jacomassi conta que percebeu procura maior neste início de ano de empresas procurando um comprador ou sócio para injetar capital, no jargão do mercado, o chamado "distressed M A", mesmo quadro percebido por Salvatore Milanese, sócio-fundador da Pantalica Partners e especialista em recuperação e reestruturação de empresas. Ele diz que preparava, em média, de três a quatro propostas por semana. Desde janeiro, esse número subiu para oito a dez semanais. A demanda é por diagnósticos para alongar dívida e busca de fusão ou aquisição. A recuperação judicial, afirma, é a última opção. "Nesses casos, a venda de toda ou de parte da empresa não é feita pelo preço que os controladores gostariam, mas evita a situação desastrosa da recuperação judicial." Milanese lembra do setor de call center para a lista dos que preocupam. Jacomassi acrescenta o de saúde hospitalar, "bastante alavancado e com caixa apertado", e o gráfico (impressão de rótulos etc). E explica que o agronegócio foi espremido pela queda

nos preços internacionais das commodities, sendo que a matéria-prima já tinha sido comprada a custo mais alto. "A melhora deve começar somente em novembro. Não estamos otimistas para 2024." O estudo do Cemec mostra que, depois de atingir o pico mais recente de 23% no quarto trimestre de 2021, a taxa de crescimento das despesas financeiras variou apenas 0,1% nos 12 meses terminados no terceiro trimestre de 2023. O cálculo exclui Petrobras, Eletrobras e Vale, que, por seu tamanho, distorceriam os números.

Ao mesmo tempo, a queda da geração de caixa está menos intensa: de -5,2% no primeiro trimestre do ano passado para -1,7% no terceiro trimestre), embora a margem bruta de lucro (24,8%) estivesse no menor patamar desde os 12 meses encerrados no primeiro trimestre de 2016, quando atingiu igual nível.

Refletindo o quadro, o chamado índice de cobertura de despesas financeiras praticamente parou de cair e ficou gravitando em torno de 1,8 no acumulado em 12 meses até o segundo e o terceiro trimestres de 2023. O índice mostra a capacidade da companhia de cobrir os juros de suas dívidas com a geração de caixa e é calculado a partir da relação entre o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) e as despesas financeiras. Quanto maior for esse indicador, mais confortável é a situação das companhias. Rocca explica que, quando está abaixo de 1, é indicador de dificuldades.

Em 2019, cerca 11% das empresas grandes e médias (de R\$ 90 milhões a R\$ 300 milhões de faturamento) tinham esse índice abaixo de 1, mostra o relatório do Cemec, que cobre 337 companhias. No primeiro trimestre de 2023, em meio aos juros altos e aperto no crédito, o percentual subiu a 19,2% e 16,9%, respectivamente.

E, no terceiro trimestre, já depois da melhora das condições do mercado de capitais e início do afrouxamento monetário, caiu a 14,5% entre as grandes, que em geral são as primeiras a apresentarem a melhora, ou seja, um sinal de que podem estar em direção ao patamar de 2020. Entre as médias, porém, a parcela de empresas que não têm geração de caixa suficiente para pagar suas despesas financeiras ainda estava alta, em 20,7%.

"A expectativa é que entre as grandes esse índice continue caindo, mas precisamos esperar para ver, porque temos uma grande variação entre setores. O de serviços por exemplo segue crescendo forte, mas indústria e varejo de produtos industriais ainda enfrentam desafios, porque não conseguem aumentar sua margem." Rocca vê recuperação da oferta de crédito bancário e títulos de dívida do mercado de capitais, combinada com a expectativa de relativa

estabilidade de preços de commodities e a redução dos custos de financiamento de fontes domésticas e do exterior, trajetória que deve ser mantida com as projeções de queda da Selic.

"Vamos chegar ao fim do ano com patamares bem menores de juros e, em 2025, com a taxa em torno de 8%. Esse fator tem impacto direto no resultado da companhia e é relevante na geração de caixa", diz Daniel Lombardi, sócio-diretor na G5 Partners. De acordo com ele muitas empresas já fizeram o dever de casa de reduzir juros e outras estão em processo ao longo deste ano. "O fator mais incerto é a demanda. Tivemos sinais no fim do ano passado de que as coisas não estão bem, com vendas abaixo do esperado na Black Friday e no Natal. A demanda deve vir ao longo do ano", diz Lombardi.

Phillip de Macedo, sócio e gestor de portfólio de crédito privado, frisa que, nesse cenário de recuperação a tendência de busca do mercado de capitais é irreversível, é crescente. "O ano passado foi poluído com eventos de crédito e já começamos mais cautelosos. A seca de crédito foi abrandando ao longo do ano e a crise deixou lições claras. Agora é uma questão de calibragem."

"O [setor] de serviços segue crescendo forte, mas indústria e varejo de produtos industriais ainda enfrentam desafios" Carlos Rocca

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187789>

Fim do Perse abala uma ampla cadeia

João Freitas

Estimativa da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) prevê que até R\$ 244 bilhões deixarão de ser injetados na economia anualmente caso o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) seja encerrado.

A medida, que tem previsão para vigorar até 2027, trouxe alívio para empresários do setor em meio à pandemia e reduziu o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e outros **tributos** para empreendimentos que se enquadram como beneficiários, além de oferecer descontos nas renegociações de dívidas.

"Com o coronavírus, o nosso setor fosse o primeiro a parar e o último a voltar às atividades. Isso provocou efeitos negativos para as companhias, sendo que muitas fecharam as portas.

A revogação do Perse dificultaria a condição econômica das empresas e reduziria o ritmo na geração de empregos", comenta a presidente do Sindicato das Empresas Organizadoras de Eventos e Afins de Mato Grosso (Sindieventos-MT), Alcimar Moretti Coelho.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Déficit público (Cartas de leitores)

Diferente do déficit público de 2023, de R\$ 230,5 bilhões, divulgado pelo Tesouro Nacional, o número do BC é maior, de um déficit de R\$ 249,12 bilhões, ou 74,3% do **PIB**, contra um superávit de R\$ 126 bilhões, em 2022. Porém, a dívida pública teve seu pico em 2020, com índice de 87,6% do **PIB**, mais em fruição dos altos gastos emergenciais para o combate da pandemia da covid-19. Porém, é bom lembrar que o resultado teve uma despesa paga pelo governo atual de R\$ 92 bilhões, referente ao literal calote de Jair Bolsonaro, que suspendeu pagamentos dos precatórios. Também seria justo reconhecer, que, sem o superávit alcançado pelos Estados e Municípios, cie R\$ 17,68 bi, a dívida pública em 2023, teria sido de R\$ 264,5 bilhões, como a contraída pelo Planalto. Mas, com a **inflação** comportada mais em função da atuação do **BC**, seria prudente o governo Lula controlar seus gastos e perseguir o equilíbrio fiscal. Solução única esta para que o país privilegie alta na atividade econômica, ganhe confiança dos investidores e promova justiça social.

Paulo Panossian paulopanossian@hotmail.com

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/edition/187789?page=12#/edition/187789>

Juros futuros sobem e Ibovespa cai com ajustes após Carnaval

Gabriel Roca, Matheus Prado, Arthur Cagliari e Augusto Decker De São Paulo

Após o índice de preços ao consumidor (CPI) nos Estados Unidos ter superado as estimativas de economistas na terça-feira, a retomada dos negócios na volta do Carnaval foi de pressão nos ativos locais. Com agentes abandonando as apostas de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) irá iniciar o afrouxamento monetário nas próximas reuniões, as taxas locais acabaram encerrando o dia em alta, em meio a um ajuste de posições disparado pela elevação firme dos rendimentos dos Treasuries na véspera, enquanto a bolsa caiu e o dólar subiu.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2027 subiu de 9,915% para 10,02%; e a do DI para janeiro de 2029 saltou de 10,36% para 10,46%. O Ibovespa cedeu 0,79%, aos 127.018 pontos, e o dólar teve alta de 0,22%, a R\$ 4,9716.

Enquanto os mercados locais ficaram fechados no início da semana em razão do Carnaval, seus pares globais recuaram com força após dados de **inflação** piores que o esperado nos EUA, que tendem a retardar o início do ciclo de afrouxamento monetário do Federal Reserve (Fed, o BC americano). Assim, na volta aos negócios ontem, os mercados locais passaram por um ajuste baixista.

No entanto, o alívio parcial observado no mercado de títulos dos Estados Unidos ontem, depois do susto de terça-feira, acabou contribuindo para uma reação bastante modesta no mercado local. E, segundo agentes financeiros, o cenário para a política monetária no Brasil segue ancorado, o que acaba limitando uma volatilidade excessiva das taxas locais.

"O dado não muda o nosso cenário-base para o mercado local e não deveria alterar o caminho desenhado pelo Banco Central. Continuamos achando que no segundo semestre teremos um período de corte de juros conjunto nas principais economias", afirma o sócio e gestor de renda fixa da Oby Capital, Camilo Cavalcanti.

Ele observa que a parte curta da curva local está se comportando de forma bastante atrelada à americana, o que, na sua visão, não faz sentido. "O caminho do BC, dado o nível de juros ainda ser bastante restritivo,

é de conforto com o ritmo atual e de espaço para estender o ciclo de cortes, ainda mais após o início do ciclo de cortes de juros americano", diz.

Assim, a Oby vê prêmios nas partes curta e média da curva de juros local e também vê oportunidades nas NTN-Bs médias e longas, que podem se beneficiar dos números recentes de **inflação** mais altos do que o esperado.

Andres Abadia, economista-chefe para a América Latina da Pantheon Macroeconomics, acredita que um atraso no ciclo de cortes nos EUA é uma das maiores ameaças para os mercados latinos em geral. "Esperávamos que o Fed cortasse os juros já no próximo mês, mas agora tudo aponta para maio (nosso cenário-base), talvez junho. E isso limita, pelo menos no curto prazo, o desempenho das ações e também a recuperação das moedas da região", diz.

"Mas por enquanto parece que o cenário mais otimista foi somente adiado. Esperaria uma revisão mais profunda se a economia americana perdesse força rapidamente, mas não parece o caso", diz, notando que os ativos brasileiros podem assumir dinâmica própria em caso de mudança significativa dos preços das commodities ou nos cenários político e fiscal locais.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187789>

Bolsa fecha em queda e dólar sobe nesta quarta

AGÊNCIA ESTADO

A Bolsa de Valores fechou em queda nesta Quarta-Feira de Cinzas (14). Na volta do Carnaval, o pregão que começou às 13h refletiu as flutuações do mercado internacional de terça (13), quando os principais índices globais tiveram forte recuo com uma **inflação** maior do que o esperado nos Estados Unidos.

Segundo dados preliminares da CMA, o Ibovespa recuou 0,94%, a 126.820 pontos. Já o dólar se valorizou 0,22%, a R\$ 4,9716.

Na terça (13), o governo americano divulgou que o CPI (índice de preços ao consumidor, na sigla em inglês) desacelerou para 3,1% em janeiro, uma queda menor do que o esperado -economistas consultados pela Bloomberg previam 2,9%.

Na comparação com dezembro, o avanço mensal subiu 0,1 ponto percentual para 0,4%, o maior desde setembro.

A surpresa negativa abalou investidores, que previam o início do ciclo corte nos juros americanos em maio. Com a **inflação** mais forte que o esperado, as apostas migraram para junho.

Enquanto o mercado brasileiro estava fechado pelo Carnaval, as ADRs (recibos de ações) brasileiras negociadas nas Bolsas dos EUA acompanharam o viés negativo.

O índice Dow Jones Brazil Titans 20 ADR, com as 20 principais companhias brasileiras, cedeu 2,60% ontem. Já o EWZ, principal ETF (fundo de índice) que replica ações brasileiras, recuou 2,89%.

Bitcoin dispara com ETFs e chega a US\$ 1 trilhão em valor de mercado

Ricardo Bomfim De São Paulo

Alavancado pelo fluxo de capital para os fundos negociados em bolsa (ETFs) à vista que começaram a ser negociados nas bolsas americanas em janeiro, o bitcoin superou os US\$ 50 mil por unidade e ultrapassou a marca de US\$ 1 trilhão em valor de mercado.

Na cotação atual, a primeira criptomoeda do mundo vale mais do que a Berkshire Hathaway, do megainvestidor Warren Buffett, que possui uma capitalização de US\$ 856 bilhões, e pouco menos do que a Meta (dona do Facebook), de US\$ 1,17 trilhão. Na máxima da véspera, o BTC alcançou US\$ 52.010 por unidade, o equivalente a um valor de mercado de US\$ 1,02 trilhão.

Ayron Ferreira, analista da Honey Island Capital, lembra que o bitcoin interrompeu uma sequência de sete altas na terça-feira, com o crescimento acima do esperado na **inflação** dos EUA medida pelo índice de Preços ao Consumidor (CPI) de janeiro. No dia seguinte, no entanto, a moeda digital voltou a atrair grandes volumes de compras, atingindo a marca do trilhão. "O maior motivador está sendo a demanda pelos principais ETFs de bitcoin, principalmente o da BlackRock", afirma Ferreira.

Em janeiro, os primeiros 11 ETFs à vista de bitcoin foram aprovados pela SEC, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos, tornando-se o primeiro veículo regulado para exposição direta à criptomoeda (sem ser por meio de um ETF de futuros, por exemplo).

Nos dias imediatamente posteriores à aprovação, o BTC saiu de US\$ 48 mil e caiu fortemente, chegando a operar nos US\$ 38 mil na esteira de uma onda de saques em um dos ETFs, o GBTC, da Grayscale, que foi convertido a partir de um "trust" com mais de US\$ 25 bilhões de capital. O aumento repentino de liquidez no GBTC, que antes demorava meses para finalizar a retirada de uma cota, fez com que diversos investidores aproveitassem para tirar o dinheiro de lá, algo que foi potencializado pelo fato de o GBTC ETF ter a mais alta taxa de administração de todos os 11 aprovados, de 1,5%, contra 0,25% do ETF da BlackRock, por exemplo.

No entanto, as retiradas do GBTC foram se normalizando, ao passo que o fluxo de recursos para os outros ETFs continuou consistentemente elevado. Só na terça, o iShares Bitcoin Trust (IBIT), da BlackRock, registrou um fluxo de US\$ 493 milhões, superando os US\$ 4 bilhões em ativos. "Houve uma entrada líquida de US\$ 2 bilhões nos últimos quatro dias se considerarmos todos os ETFs", diz Vinícius Bazan, responsável por análise de criptoativos da Empiricus.

Agora, a maior parte dos analistas acredita que a disparada vai continuar, e crescem as expectativas de que o bitcoin possa buscar os US\$ 69 mil, sua máxima histórica atingida em 2021, ainda este ano. "Pessoalmente, acredito que o BTC esteja "esticado" acima de US\$ 50. Porém, o ciclo atual parece um pouco diferente dos anteriores, justamente pela entrada do capital institucional via ETFs", diz Bazan.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187789>

Wall Street tem dia de recuperação depois de perdas com inflação

Gabriel Caldeira, Igor Sodré e Eduardo Magossi De São Paulo

A sessão de ontem tanto no mercado de ações quanto de renda fixa em Nova York foi marcada por uma recuperação às fortes perdas da véspera, provocadas por uma leitura decepcionante do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) dos Estados Unidos em janeiro. O dado fez com que o mercado atrasasse de maio para junho o início esperado do ciclo de corte de juros do Federal Reserve (Fed, banco central americano).

O índice Dowjones fechou em alta de 0,40%, o S P 500 subiu 0,96% e o Nasdaq avançou 1,30%. No mercado de Treasuries, o rendimento da T-note de 2 anos caiu a 4,599% no fim da tarde em Nova York, de 4,662% no fechamento anterior, e o da T-note de 10 anos baixou de 4,317% a 4,254% nessa mesma comparação.

Ainda que o dia tenha sido mais positivo, não houve uma alteração no cenário previsto pelo mercado, que se manteve firme na expectativa de que os cortes de juros nos Estados Unidos começarão na reunião de junho do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fome, na sigla em inglês) do Fed.

Nem mesmo comentários mais otimistas do presidente da distrital de Chicago do banco central americano, Austan Goolsbee, foram suficientes para mudar a perspectiva dos investidores. Segundo o dirigente, a **inflação** americana deve seguir consistente com um caminho em direção à meta de 2% mesmo se vier um pouco acima do esperado nos próximos meses.

Além disso, Goolsbee afirmou que os cortes devem estar atrelados à confiança do banco central no caminho em direção à meta, e não em dados mensais específicos de **inflação**. Vale ressaltar, porém, que Goolsbee é um dos membros menos conservadores da atual composição do Fome. Além disso, ele não terá direito a voto nas decisões de juros do colegiado em 2024.

Para Paul Ashworth, economista-chefe para América do Norte da Capital Economics, um corte de juros já em maio pelo Fed continua provável mesmo depois da surpresa negativa com o CPI. Segundo ele, o mercado precisa focar no índice de preços de gastos com

consumo (PCE, na sigla em inglês), medida de **inflação** preferida do Fed e que tem demonstrado uma evolução mais rápida à meta de 2% do banco central. "A forte reação aos dados do CPI de janeiro demonstra que os mercados ainda não compreenderam totalmente que o Fed está concentrado na medida alternativa de **inflação** do PCE", diz Ashworth.

De acordo com o levantamento do CME Group, o mercado precifica chance de apenas 35% para um corte de juros em maio. Já para junho, esse percentual aumenta para cerca de 54%. Até o fim do ano, o Fed deve reduzir os juros em 1 ponto percentual, para a faixa de 4,25% a 4,5%, de acordo com a atual expectativa majoritária dos investidores.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187789>

Inflação argentina recua em janeiro, mas segue a mais alta do mundo

CAROLINA MARINS

O primeiro índice de **inflação** na Argentina sob o comando de Javier Milei indica uma desaceleração dos preços. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec), a **inflação** subiu 20,6% em janeiro, depois de uma alta de 25,5% em dezembro.

O refresco dá um respiro a Milei, após uma dura derrota no Congresso na semana passada, quando seu projeto de reforma econômica retornou à estaca zero por falta de apoio.

Segundo o Indec, a variação anual dos preços chegou a 254,2%, a maior desde os anos 1990, o que faz da **inflação** argentina a mais alta do mundo, à frente de Venezuela (193%) e Líbano (192,3%). O resultado de janeiro, porém, envia um sinal positivo ao governo que acabou de completar dois meses e havia prometido conter a hiperinflação.

Parte da alta está relacionada à retirada de subsídios anunciada por Milei, sobretudo no setor de transportes, telefonia e banda larga, e na extinção de regras que tabelavam preços de serviços, como os planos de saúde. O setor de bens e serviços subiu 44,4%, seguido por transporte, 32,6%. A alta dos alimentos, que prejudica sobretudo os mais pobres, no entanto, perdeu força.

Consultorias preveem que a tendência de recuo se mantenha ao longo do ano e é possível que a Argentina retroceda a uma **inflação** anual abaixo de 200%. O dado, se confirmado, seria uma vitória do governo em meio a uma série de reveses.

OTIMISMO. Milei desencadeou uma crise política na semana passada ao sair em cruzada contra quem chamou de "traidores".

Após sua "Lei Ônibus" voltar à estaca zero, ele promoveu uma caça às bruxas a deputados e governadores de sua própria base, colocando em xeque o futuro de sua reforma.

"O governo está otimista com as futuras taxas de **inflação**, mas tudo dependerá de como ele vai manejar os dilemas políticos", disse Fabio Rodriguez, professor de economia da Universidade de Buenos

Aires.

"Agora, quando ele voltar de viagem, é importante que envie um sinal de contenção da crise", afirmou, em referência às viagens a Israel, Vaticano e Roma.

Economistas dizem que a **inflação** subiu menos em janeiro em consequência da aposta da equipe de Milei em controlar a alta do dólar e em dar um choque recessivo na economia argentina, fazendo com que as pessoas comprem menos.

CÂMBIO. "O dado de janeiro é positivo e tem duas causas principais: congelar o tipo de câmbio e a queda no consumo", explica o economista e diretor do Instituto de Trabalho e Economia da Fundação German Abdala, Juan Manuel Telechea.

"A **inflação** argentina se move em consonância com o que acontece com o dólar. Ao promover a desvalorização de maneira drástica e depois manter o câmbio fixo, vemos essa desaceleração." Ao desvalorizar a moeda em mais de 50%, em dezembro, Milei fixou o preço do dólar oficial em 800 pesos. Por um tempo, o paralelo e os outros tipos de câmbio não aumentaram drasticamente, como em desvalorizações anteriores.

"Os alimentos dispararam em novembro e dezembro", afirma Rodriguez. "Em janeiro, tivemos menos aumento, o que é óbvio, porque, com menos dinheiro e poder aquisitivo, esfriamos a alta de preços.

Como eles não podem subir infinitamente, retrocederam." Já a queda no consumo segue uma lógica semelhante: com menos gastos, menos dinheiro circula e a **inflação** desacelera.

"O governo espera que a demanda discipline a **inflação**", afirma Telechea.

O problema, segundo os economistas, é o quanto esta lógica é sustentável com o tempo.

O câmbio já voltou a apresentar subidas, embora pequenas.

Já a queda no consumo, que causa recessão, tem um custo humano alto que se reflete no humor da população.

"O governo está otimista com as futuras taxas de **inflação**, mas tudo dependerá de como ele vai manejar os dilemas políticos"

Fabio Rodriguez Professor de economia da
Universidade de Buenos Aires

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

'Será difícil ver inflação argentina com um dígito'

CAROLINA MARINS

Juan Manuel Telechea - Economista

O que a taxa de inflação diz dos primeiros meses de Milei?

É um dado positivo. Há duas questões fundamentais para a desaceleração. Primeiro, a desvalorização de dezembro e o congelamento do câmbio. Na Argentina, a inflação se move com o dólar. Desvalorização drástica e câmbio fixo explicam a desaceleração. Em segundo lugar, a queda do consumo também disciplina a inflação. A questão é que os dois fatores não são sustentáveis. Não se pode baratear o câmbio por muito tempo sem que isso cause problemas. A queda no consumo também encontrará seu teto em algum momento.

É uma vitória que aposta na recessão econômica?

Claro. Quando se aplica uma desvalorização tão grande, os efeitos são sempre os mesmos, e o governo sabia disso. A desvalorização impulsiona os preços. Isso faz com que o poder de compra se reduza, porque o salário não sobe tão rápido, e provoca uma recessão. O governo espera que a inflação siga abaixando e a atividade se recupere em algum momento, quando os salários forem atualizados.

Com o cenário atual, é possível que haja uma nova desvalorização?

Sim. Há poucos dias, o ministro da Economia, Luis Caputo, garantiu que isso não aconteceria.

Quando é preciso garantir isso, é porque a possibilidade existe. Quando se tem uma inflação alta, de 20%, e um câmbio que aumenta 2%, todos os dias o dólar fica mais barato.

Nesta dinâmica, dentro de um mês ou dois, a moeda terá o mesmo valor que tinha antes da desvalorização. E um dos problemas do dólar barato é o aumento das importações. Tudo isso ampliará a pressão por uma nova desvalorização.

O governo conseguirá uma inflação de um dígito no meio do ano?

Não acredito que a inflação de julho fique com um dígito. Para isso acontecer, é preciso manter o programa econômico, desvalorizar o câmbio e ver o que acontece com as negociações salariais. Seria necessário que tudo desse certo, o que realmente é muito difícil na Argentina.

Como isso reflete no humor dos argentinos?

A sociedade argentina mostrou que queria uma mudança, por isso votou em Milei. Mas, depois que se aumenta o preço da gasolina sem os salários acompanharem, o poder de compra é consumido pela inflação.

Isso faz a tolerância desaparecer.

Isso será um desafio para o governo. É preciso mostrar alguma melhora econômica, porque senão as reclamações virão fortes.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Japão perde posto de 3ª economia para Alemanha

CAROLINA NALIN* carolina.nalin@oglobo.com.br

OPIB japonês cresceu 1,9% em 2023 e confirmou o que o Fundo Monetário Internacional (FMI) indicava em suas projeções ainda em outubro: o Japão perdeu o posto de terceira maior economia para a Alemanha. O país asiático, que chegou a superar brevemente os Estados Unidos como maior PIB global, perdeu o segundo lugar para a China em 2010 e agora sai de vez do ranking das três maiores economias do mundo.

Isso tudo com a perspectiva de ser em breve superado pelos indianos, que deverão ocupar a quarta posição em 2026, segundo o FMI. Mas por que o Japão passou de protagonista a coadjuvante no cenário econômico?

O país passou a ser muito ativo em termos de política industrial no pós-guerra, com o Ministério da Indústria e Comércio assumindo papel importante no fomento à indústria. O PIB japonês crescia cerca de 10% ao ano entre 1953 e 1973 e, mesmo após o Choque do Petróleo, a economia conseguia avançar a uma taxa anual de até 4%.

- O Japão consegue ter o que chamamos de convergência: uma taxa de crescimento muito grande em referência ao que teve em períodos anteriores - resume Luiz Carlos Prado, professor do Instituto de Economia da UFRJ e especialista em economia internacional.

O país chegou a ser visto como ameaça potencial aos interesses e à liderança americana no mundo. O Japão acumulava megassuperávits em função do comércio com os EUA, se beneficiando dos déficits comerciais daquele país e chegando a ser em 1985 o principal credor líquido global, posição que tradicionalmente era ocupada pelos americanos.

ESTAGNAÇÃO A PARTIR DE 1992

O ambiente mais favorável criou condições para aumento da demanda interna, compensando a perda do impulso exportador com o crescimento do mercado doméstico. O consumo privado e os investimentos, principalmente em moradia, cresceram na segunda metade dos anos 90.

Mas as sucessivas valorizações do iene, a realociza-

ção das indústrias japonesas no exterior e, em particular, o surto especulativo verificado nos mercados de ativos de Tóquio levaram o Japão a uma crise política e econômica sem precedentes, conforme aponta Ernani Teixeira Torres Filho, professor da UFRJ, em artigo sobre a crise da economia japonesa.

O Japão sofreu com o estouro da bolha imobiliária e enfrenta até hoje os efeitos da profunda recessão que atravessou no período. Segundo Torres Filho, a economia japonesa praticamente estagnou desde 1992, registrando crescimentos de 0,7% ao ano.

O consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo perderam força. A indústria japonesa teve que se reestruturar, e a exportação de bens de consumo duráveis amargou perda. O governo japonês lançou mão de política fiscal para estimular avanços na economia, mas não foi possível sustentar o crescimento.

- A partir da década de 90, a economia japonesa entra em recessão e, desde então, não consegue sair. A crise imobiliária acontece, e o país tem taxa de crescimento muito baixa. O Japão não consegue manter o dinamismo -afirma Prado.

DESVALORIZAÇÃO DO IENE

Enquanto sua atividade encolhia, outros países do Sudeste da Ásia foram ganhando participação na economia global. Ao mesmo tempo, houve o forte avanço da China, após as reformas econômicas que fizeram o país alçar o posto da segunda maior economia do mundo a partir de 2010.

Outro obstáculo ao crescimento é a demografia do Japão. O país sofre com a queda da população em idade economicamente ativa, o que aumenta os custos do Estado com assistência médica e **previdência social**.

-A economia japonesa está envelhecida, não há em pauta nenhum grande mecanismo de investimento. Provavelmente, o que você vai ter é uma perda de posição - diz Prado.

Desde 2013, o banco central japonês aposta na flexibilização monetária, mantendo as taxas de juros baixas. Por consequência, esse movimento

desvalorizou muito o iene (moeda local) e ajuda a explicar a queda no ranking das maiores economias. O iene caiu mais de 6% em relação ao dólar em 2024 - a maior queda entre as moedas do G-10.

-A Alemanha está numa situação difícil tal como o Japão. Ela lida hoje com os efeitos da guerra na Ucrânia e com a crise energética. Portanto, ela não supera o Japão pelo seu bom desempenho. O que acontece nessa circunstância é a posição das moedas, que é o preço de mercado. A taxa de juro hoje é muito baixa e isso desvalorizou muito o iene - explica o professor da UFRJ.

O Banco do Japão (BOJ, na sigla em inglês) vem ponderando sobre o melhor momento para a saída da política de taxas de juros negativas. Analistas esperam um aumento em março ou abril. Seria a primeira elevação desde 2007.

Outro fator que dá sinal verde ao aumento dos juros é a **inflação**. Os preços têm se mantido acima da meta de 2% do Banco do Japão desde abril de 2022.

-Enquanto China, Índia e Rússia crescem de maneira acelerada, EUA, Japão e Europa estão crescendo menos - conclui Prado. (*Com agências internacionais)

Site:

<https://digital.jornalvs.com.br/edicao/imprensa/15318/15-02-2024.html?all=1>

PIB da zona do euro fica estável no 4º tri com fraqueza da Alemanha

A economia da zona do euro ficou estagnada no fim de 2023, com a fraqueza econômica da Alemanha afetando o bloco, em especial os países do Leste, gerando preocupações sobre o ritmo da recuperação esperada para este ano.

Entre as principais economias do Leste da Europa, o Produto Interno Bruto (**PIB**) da Romênia contraiu 0,4% em relação aos três meses anteriores, desafiando as expectativas de expansão. As economias da Hungria e Polônia ficaram estagnadas.

Esse fraco desempenho é a mais recente demonstração de como suas economias estão fortemente ligadas à Alemanha. A maior economia da Europa é o principal parceiro comercial dos países do leste, respondendo por entre um quinto e um quarto de suas exportações.

Esses países veem no estímulo ao consumo interno um caminho para dar suporte à economia, diante da fraca demanda externa aos seus bens de exportação. A Alemanha também entra em um segundo ano pós-pandêmico com a expectativa de estagnação.

A produção alemã pode encolher ligeiramente neste primeiro trimestre, afirmou ontem Joachim Nagel, presidente do Bundesbank (o banco central alemão). Nagel descreveu 2024 como um ano que será "bastante difícil" e disse que há muito trabalho a ser feito para melhorar a situação. "Mas não devemos nos considerar piores do que realmente somos", disse ele, alertando contra o pessimismo excessivo. "O sentimento no país pode ser pior do que os dados reais."

Se confirmada a previsão de uma contração neste início de 2024, a Alemanha entraria na primeira recessão desde o início da pandemia de covid-19 em 2020. A economia alemã vem patinando há mais de um ano, levantando dúvidas sobre o futuro de sua crucial indústria manufatureira após a invasão da Ucrânia ter interrompido o fornecimento de energia barata da Rússia.

A fraqueza da Alemanha se reflete pela zona do euro. O **PIB** da região ficou inalterado no quarto trimestre em relação aos três meses anteriores, informou ontem a agência de estatística do bloco. Já são cinco trimestres seguidos que a economia dos 20 países que

usam o euro fica em torno de zero.

O governo alemão deve rebaixar sua previsão de crescimento para o ano de 2024 para 0,2%, ante 1,3%, segundo afirmou ontem o ministro da Economia, Robert Habeck.

As fracas perspectivas para a economia alemã vêm na sequência de uma contração de 0,3% em 2023 sob a pressão de uma **inflação** elevada, juros em alta e uma fraca economia global.

Tanto o Instituto Econômico Ifo quanto o Instituto HW reduziram suas previsões mais recentes para a economia alemã em 2024, mas estavam mais otimistas do que o governo: o Ifo prevê um crescimento econômico de 0,7%, ante 0,9% anteriormente, e o IfW uma expansão de 0,9%, ante 1,3% anteriormente. Eles vão apresentar novas previsões em março.

Em contraste, a associação comercial alemã BDI divulgou em janeiro uma previsão pessimista de crescimento de apenas 0,3% este ano, alertando que a economia está "estagnada".

Nagel, do Bundesbank, disse que a Alemanha deve melhorar sua competitividade para superar as dificuldades atuais, citando questões como altos **impostos** e excesso de burocracia.

Produção industrial. Outro relatório divulgado ontem sugere que a indústria manufatureira da zona do euro está mostrando sinais de vida, após um salto inesperado da produção industrial em dezembro. A produção total subiu 2,6% em dezembro, contrariando as expectativas de uma queda de 0,2%, segundo informou a Eurostat.

Embora o resultado tenha sido em parte atribuído a uma melhora na Irlanda - onde os dados frequentemente são voláteis - o dado de novembro também foi revisada para cima, para um crescimento de 0,4%.

Diante da banca demanda e das taxas de juros elevadas, a produção industrial havia caído em quatro dos cinco meses anteriores a novembro. Mas os dados mais recentes da pesquisa dos gerentes de compras mostraram uma melhora no sentimento da

indústria em novembro, dezembro e janeiro, indicando uma estabilização do setor.

Comparado com dezembro de 2022, a produção cresceu 1,2% - o primeiro aumento em termos anuais desde fevereiro de 2023.

Esse resultado foi impulsionado por um aumento de 20,5% no mês na produção de bens de capital - máquinas, equipamentos e veículos usados para fabricar bens de consumo. A produção de energia cresceu 0,3%, a de bens de consumo duráveis aumentou 0,5%, enquanto a bens não duráveis aumentou 0,2%.

Mas na Alemanha, o ambiente ainda é fraco, com a produção caindo lá 1,2%. Na Espanha, a produção industrial caiu 0,4%, enquanto a produção cresceu 1,1% tanto na França quanto na Itália.

O mercado de trabalho na zona do euro, por sua vez, tem se mantido surpreendentemente resiliente apesar do fraco crescimento. O emprego cresceu 0,3% no quarto trimestre, segundo a Eurostat.

"Ano é difícil. Mas não devemos nos considerar piores do que somos" Joachim Nagel

Site:

<https://valor.globo.com/virador/?/edition/187789?page=12#/edition/187789>